

# DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios Fundamentais



# SUMÁRIO

Princípios Fundamentais (Título I da CF/1988 – Artigos 1º a 4º) .....	3
Apresentação da Metodologia .....	3
1. Um Pouquinho de Nossa História... ..	3
2. Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	7
3. Poderes do Estado e as Respectivas Funções.....	13
4. Objetivos da República Federativa do Brasil .....	18
5. Princípios da República Federativa do Brasil nas Relações Internacionais.....	19
6. Tópico Especial: Súmulas Aplicáveis à Aula .....	23
Questões de Concurso – Cespe.....	25
Gabarito – Cespe .....	37
Gabarito Comentado – Cespe.....	38
Questões de Concurso – FCC .....	82
Gabarito – FCC.....	95
Gabarito Comentado – FCC .....	96

# PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

## (TÍTULO I DA CF/1988 – ARTIGOS 1º A 4º)

### APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

Caro(a) aluno(a),

Em boa parte dos meus anos de estudo, nunca dei muita atenção aos Princípios Fundamentais, entendendo-os como um mero conjunto de mnemônicos, sem grande dificuldade de apreensão.

Pois bem.

Quanto mais eu estudava, mais me dava conta da importância do assunto. Afinal, não é à toa que ele é 'abre-alas' da nossa Constituição.

Alguns doutrinadores, dentre os quais o professor Gilmar Mendes, defendem, inclusive, que os Princípios Fundamentais (Título I da CF/1988) são considerados **cláusulas pétreas implícitas**.

Lembro sempre que o 'texto seco' da CF há muito deixou de ser suficiente. É por essa razão que te atualizarei com os julgados mais importantes e atuais, além da visão da doutrina, sempre sem esquecer a objetividade que deve ser a marca de nosso trabalho, voltado para assegurar a conquista de sua aprovação.

Então, mãos à obra!

### 1. UM POQUINHO DE NOSSA HISTÓRIA...

O nome oficial de nosso país é **República Federativa do Brasil**. Ele já diz muito, pois adianta a nossa forma de governo e de Estado. Ficaram de fora apenas o sistema e o regime de governo...

Sistematizando, adotamos a **forma federativa de Estado**, o **sistema presidencialista de governo**, a **forma republicana** e o **regime democrático de governo**.

A república é uma **forma de governo** que tem as características de eletividade, temporariedade e responsabilidade. Ela se contrapõe à monarquia, cujas características são a hereditariedade, a vitaliciedade, a irresponsabilidade dos governantes (a célebre frase 'O rei não pode errar'), sendo que a sucessão sempre ocorre por membros da mesma família, a escolhida por Deus.

Aqui vai uma curiosidade: credita-se a essa característica (escolha por Deus), a menção ao sangue azul, quando uma pessoa tem origem nobre.

Veja no quadro a seguir as distinções entre elas:

<b>República</b>	<b>Monarquia</b>
<b>Eletividade</b>	<b>Hereditariedade</b>
<b>Temporalidade</b>	<b>Vitaliciedade</b>
<b>Representatividade popular</b> (o povo escolhe seu representante)	<b>Ausência de representatividade popular</b> (o critério para definição do rei é a linhagem familiar)
<b>Responsabilização dos governantes</b> (inclusive por crime de responsabilidade – impeachment)	<b>Inexistência de responsabilidade dos governantes</b> ( <i>the king can do no wrong</i> – o rei não pode errar).

Lembro que a primeira Constituição brasileira (1824) previa a monarquia como forma de governo. Desde 1891, adotou-se a forma republicana de governo.

Nos **sistemas de governo**, estudamos o modo como os Poderes Executivo e Legislativo se relacionam.

No quadro a seguir, eu reuni para você as diferenças centrais entre o presidencialismo e o parlamentarismo:

<b>Presidencialismo</b>	<b>Parlamentarismo</b>
<b>Independência entre os Poderes</b> nas funções governamentais.	Regime de colaboração; de <b>corresponsabilidade entre Legislativo e Executivo</b> .
Governantes (Executivo e Legislativo) possuem <b>mandato certo</b> .	Primeiro-ministro só permanece na chefia de governo enquanto possuir maioria parlamentar. Mandato dos parlamentares pode ser abreviado, caso haja a dissolução do parlamento.
Há <b>um só chefe do Executivo</b> (presidente ou monarca), que <b>acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo</b> .	<b>Chefia do Executivo é dual</b> , já que exercida pelo Primeiro-ministro (chefe de governo), juntamente com o presidente ou monarca (chefes de Estado).
A <b>responsabilidade</b> do governo é <b>perante o povo</b> .	A <b>responsabilidade</b> do governo é <b>perante o parlamento</b> .

O Brasil, embora tenha por tradição o sistema presidencialista, já teve dois períodos de parlamentarismo: o primeiro na época do Império, com Dom Pedro II – basta lembrar que Dom Pedro II era muito jovem quando assumiu o trono. Assim, houve uma diminuição das atribuições do Príncipe Regente.

O segundo período de parlamentarismo é mais recente (e mais cobrado em provas!). Ele envolveu os anos de 1961 a 1963, exatamente o período que antecedeu o Golpe Militar.

Nesse período, com a renúncia de Jânio Quadros e a assunção de João Goulart (Jango), houve uma nova tentativa de esvaziar os poderes do presidente da República, dividindo-os com o Parlamento. A figura de primeiro-ministro, nesse período, coube a Tancredo Neves, que mais à frente seria eleito para presidente da República, cargo que não chegou a assumir diante de sua morte por diverticulite.

### ATENÇÃO

De acordo com o art. 2º do ADCT, cinco anos após a promulgação da Constituição, seria realizado um plebiscito, a fim de que o povo decidisse qual forma e sistema de governo que desejavam. À época, **foram mantidas a república e o presidencialismo**.

Em acréscimo, adotamos a **Federação** como **forma de Estado** e a **democracia** como **regime de governo**.

Já o conceito de **formas de Estado** está relacionado com o modo de exercício do poder político em função do território de uma nação. São três as formas de Estado: unitário, federado e confederado.

No **Estado unitário**, existe um único centro de poder político no país. Esse poder central pode optar por exercer suas atribuições de maneira centralizada (Estado unitário puro) ou descentralizada (Estado unitário descentralizado administrativamente).

Nos dias atuais, prevalece a figura dos estados unitários descentralizados. Vale lembrar que, mesmo nesse caso a autonomia não será ampla, como ocorre com a Federação.

No Estado federado, o poder político é repartido entre diferentes esferas de governo. Ocorre, assim, uma descentralização política, a partir da **repartição de competências** (repartição de poder).

Normalmente, existe um órgão central e órgãos regionais (os estados). Em nosso país, há, além do órgão central (União) e dos órgãos regionais (Estados), a figura dos municípios, que seriam órgãos locais. Ressalte-se que **todos os entes federados possuem autonomia**, mas nenhum deles possui soberania – ela é própria da RFB!

Por sua vez, a confederação tem por característica principal ser formada pela união dissolúvel (possibilidade de separação – secessão) de estados soberanos. Essas nações se vinculam, normalmente, por meio de tratados internacionais.

A diferença marcante entre federação e confederação é que aquela é formada pela união indissolúvel de entes autônomos, enquanto esta, pela união dissolúvel de estados soberanos.

Unitário	Federação	Confederação
Regido por Constituição	Regida por Constituição	Regida por tratado internacional
Existência de único centro de poder no país	Vedação ao direito de secessão (separação)	Possibilidade de separação
Pode ser unitário puro ou descentralizado administrativamente (autonomia menor que na federação)	Entes possuem autonomia	Entes possuem soberania

A primeira Constituição brasileira a optar pela forma federativa de Estado foi a de 1891, que, como vimos, também foi responsável pela modificação da forma de governo, de Monarquia para República.

Finalmente, a definição do **regime de governo** envolve o modo como o governo se comporta no poder. Ele pode ser democrático, autoritário ou totalitário.

Numa distinção simples, os regimes democráticos são mais flexíveis, ao passo que o regime autocrático tende a ser mais rigoroso, controlando o povo, restringindo e suspendendo seus direitos. Finalmente, os regimes totalitários – a exemplo da Alemanha nazista de Hitler e da Itália fascista de Mussolini – buscam o controle total da vida da população.

Nosso país viveu, entre os anos de 1964 e 1985, um período de ditadura militar. À época, pode-se falar que houve um regime autoritário de governo, que fechou o Congresso Nacional, cassou mandatos de parlamentares e aposentou compulsoriamente ministros do STF que eram contrários aos ideais do regime. Vários expoentes da política nacional buscaram o exílio como saída, regressando ao País com o movimento da redemocratização, que passou pela Diretas Já e culminou na formação da Assembleia Nacional Constituinte, cujo fruto é a Constituição atual, promulgada em 5 de outubro de 1988.

De lá para cá, **adotamos o regime democrático de governo.**

Sistematizando:

PANORAMA DA REALIDADE BRASILEIRA ATUAL		
<b>Forma de Estado</b>	<b>Federação</b>	Brasil foi estado unitário até 1891 (nunca fomos confederação)
<b>Forma de Governo</b>	<b>República</b>	Brasil foi Monarquia até 1891
<b>Sistema de Governo</b>	<b>Presidencialismo</b>	Brasil teve parlamentarismo em <b>dois momentos:</b> 1) época do Império, com o Príncipe Regente; e 2) entre 1961-63.
<b>Regime de Governo</b>	<b>Democracia</b>	Brasil viveu ditadura militar, iniciada em 1964

## 2. FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A República Federativa do Brasil é formada pela **união indissolúvel** dos estados, municípios e do Distrito Federal. Isso significa que **não** se permite a **secessão**. Caso algum dos entes federados tente deixar a Federação, ele sofrerá intervenção federal (União em estado ou no DF) ou estadual (estado em município).

Note que o artigo 1º não fala na União como ente federado. Essa menção será feita mais à frente, no artigo 18, quando se afirma que ela (União), os estados, o DF e os municípios possuem a **autonomia FAP** (Financeira, Administrativa e Política).

Para que não fique nenhuma dúvida, vou transcrever os dois artigos da Constituição para, depois, comentar um detalhe:

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela **união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal**, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos...

**Art. 18.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a **União**, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

**Será que o artigo 1º está em choque com o artigo 18?**

**Claro que não!** Gosto muito de uma frase do professor Eros Grau, ministro aposentado do STF. Ele falava assim: **"A Constituição não pode ser interpretada em tiras"**.

Com essa frase, ele queria que você compreendesse que a Constituição deve ser entendida de maneira harmônica.

Vou usar um exemplo fora de nosso assunto aqui. A idade mínima para ser deputado federal é de 21 anos. No entanto, para ser presidente da Câmara, a idade passa para 35 anos.

**Em qual artigo isso está escrito? Aparentemente, em nenhum.**

Contudo, se você lembrar que o cargo de presidente da Câmara está na linha sucessória, ou seja, se o ocupante dessa cadeira pode chegar à Presidência da República, a idade mínima tem que ser 35, mesma exigida do presidente.

Voltando ao nosso assunto, quando lá no artigo 1º não se reportou à União, na verdade, era pelo fato de se estar falando na Forma Federativa de Estado, baseada na proibição do direito de secessão (separação).

Já no artigo 18, está disciplinada a repartição de atribuições conferidas a cada um dos entes da Federação. Entre esses entes, certamente está a União. Ela, aliás, é detentora de boa parte das competências em nosso país.

Ultrapassado esse ponto, é sempre importante lembrar que **a RFB possui soberania**, não autonomia. Acontece que a União, quando representa o Brasil externamente, **age/atua** com soberania. Não se pode dizer que ela possua/detenha a soberania, que é da RFB. Em outras palavras, seria o mesmo que afirmar que a União atuaria na condição de procuradora do Brasil, representando-o.

Vamos fazer uma diferenciação entre a RFB e os entes que a compõem?

República Federativa do Brasil	União, Estados, DF e Municípios
Ente de direito público externo	Entes de direito interno
Possui soberania	Possui autonomia FAP (financeira, administrativa e política)

Outro ponto: a palavra "república" tem origem na expressão "*res publica*", ou seja, coisa pública.

É dentro desse parâmetro que devem os agentes públicos zelar pela coisa pública, para que ela sirva a sociedade, e não os interesses dos detentores do poder.

Diante dos reiterados escândalos de corrupção envolvendo "Caixa 2" nas doações das empresas aos partidos políticos, o STF proibiu a doação de PJ a partidos.

Até aí, tudo bem. Acontece que a criatividade de alguns não tem nenhum limite. Eu digo isso porque uma alteração feita na Lei das Eleições (Lei n. 9.504/1997) permitia a doação



a partidos políticos na forma oculta. Isso mesmo que você leu: **haveria a transferência de dinheiro dos partidos para candidatos sem a necessidade de identificar os particulares responsáveis pela doação ao partido**. Invocando a exigência republicana de transparência e o princípio democrático, o STF **declarou a inconstitucionalidade do dispositivo** – artigo 28, § 12, da Lei n. 9.504/1997 (STF, ADI n. 5.394).

Ainda, o Brasil se constitui em Estado democrático de direito e tem como fundamentos a **soberania**, **cidadania**, a **dignidade da pessoa humana**, os **valores sociais do trabalho** e da livre iniciativa e o **pluralismo político**.

O mnemônico que ajudará na lembrança sobre os fundamentos da RFB é o **SO-CI-DI-VA-PLU**.

Tendo em conta que a sua missão é passar em um concurso público, lembro que os fundamentos mais relevantes nas provas são a **dignidade da pessoa humana** (usarei a expressão DPH, ok?) e o **pluralismo político**.

Não esqueça: **a DPH está prevista expressamente na CF**. Essa indagação é comum nas provas, sempre acompanhada da expressão “embora seja de grande importância, a DPH não está prevista de modo expresse...”.

Mais que isso: ela funciona como metaprincípio, supraprincípio, princípio-matriz, verdadeira base que guia toda a CF, dentro do que a doutrina convencionou chamar de **neoconstitucionalismo**. O STF entende, inclusive, que a DPH guarda íntima relação com a busca da felicidade (STF, RE 477.544).

Sempre é bom lembrar a você que as bancas organizadoras têm cobrado, cada vez mais, conhecimentos referentes aos julgamentos do STF e do STJ.

Em muitos casos, uma parte da decisão judicial é colocada na questão, o que acaba ‘complicando a vida’ dos candidatos, principalmente pelo vocabulário mais rebuscado, distante das palavras usualmente empregadas na comunicação verbal.

Ilustrativamente, lembro alguns julgados relevantes do STF, nos quais se destacou a dignidade da pessoa humana. No primeiro se cuidou do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo (uniões homoafetivas), enquanto no segundo se discutia a possibilidade de pesquisas com células-tronco embrionárias (STF, ADIs 4.177 e 3.510).

A dignidade da pessoa humana foi invocada pelo STF ao afirmar que o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial, como diretamente, pela via administrativa.

Ou seja, **a pessoa que se identificar como transgênero pode alterar os seus registros civis diretamente no cartório (via administrativa) ou pela via judicial, mesmo sem se submeter à cirurgia de redesignação sexual** (STF, RE n. 670.422).

Também a questão da proibição de uso indiscriminado de algemas, tratado na Súmula Vinculante n. 11, girou em torno exatamente da proteção da DPH dos presos.

Aliás, por falar em presos, em dignidade da pessoa humana e em súmula vinculante, o STF entendeu que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso (STF, Súmula Vinculante n. 56).

Já que mencionei a treva que é o sistema carcerário, tem uma expressão meio diferente que você precisa saber, pois ela pode visitá-lo(a) nas provas: refiro-me ao **Estado de Coisas Inconstitucional (ECI)**.

O professor Dirley da Cunha Jr leciona que essa expressão nasceu em decisões da Corte Constitucional da Colômbia, por conta da constatação de **violações generalizadas, contínuas e sistemáticas** de direitos fundamentais.

O reconhecimento do ECI busca a construção de soluções diante de um quadro de grave violação de direitos de populações vulneráveis em virtude de omissões do poder público.

Aqui no Brasil esse Estado de Coisas Inconstitucional foi reconhecido pelo STF ao julgar a Medida Cautelar na ADPF n. 347. O caso dizia respeito à crise do sistema carcerário brasileiro. O Tribunal apontou graves, generalizadas e sistemáticas violações de direitos fundamentais da população carcerária.

Em consequência, ao deferir a cautelar, o STF tomou duas medidas práticas, quais sejam: a) proibir o Poder Executivo de contingenciar (bloquear) valores disponíveis no Fundo Penitenciário Nacional; e b) determinar que juízes e Tribunais passassem a realizar audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária, num prazo de 24 horas após a prisão.

Aliás, foi assim que se implantaram no Brasil as audiências de custódia, que já eram previstas no Pacto de São José da Costa Rica, norma incorporada com status supralegal.

A decisão do STF, sem dúvidas, buscava de um lado reduzir o número de presos provisórios (antes de sentença) e, de outro lado, melhorar as condições carcerárias, ante a maior verba pública destinada ao sistema. Tudo, no fim das contas, visando ao respeito à dignidade da pessoa humana.

Já falei demais sobre a dignidade da pessoa humana... vamos conversar sobre outros fundamentos, ok?

Com base no fundamento da livre iniciativa, o qual também é um dos princípios da atividade econômica, que o STF entendeu pela inconstitucionalidade de leis municipais que proibiam o serviço de transporte por aplicativo – UBER, 99 POP, Cabify etc. (STF, ADPF 449).

Outra coisa: são inconstitucionais as leis que obrigam supermercados ou similares à prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras, por violação ao princípio da livre iniciativa (arts. 1º, IV, e 170 da Constituição) – em bom português, não pode obrigar o mercado a contratar empacotadores (STF, RE n. 839.950).

Avançando, o pluralismo político não se resume ao pluralismo partidário. Este seria, em verdade, uma espécie, do gênero daquele.

O mais importante nesse fundamento é a questão relacionada à **cláusula de barreira ou desempenho**. O STF a declarou inconstitucional quando relacionada ao direito eleitoral, pois restringiria demasiadamente a existência de legendas e, assim, feriria a diversidade de ideologias, provocando um “massacre das minorias” (STF, ADI 1.351). Posteriormente, o Tribunal pontuou que nada impediria a existência de requisitos para a criação ou mesmo a fusão de partidos políticos, respeitando o caráter nacional das legendas (STF, ADI 5.311).

Contudo, a EC n. 97/2017 (minirreforma eleitoral) trouxe de volta a cláusula de barreira, de forma escalonada ao longo dos anos. Assim, até que haja nova manifestação do STF, **a cláusula de barreira em direito eleitoral segue sendo válida**.

Mais: também se fala em cláusula de barreira (ou de desempenho) nos concursos públicos. Aliás, ela é aceita pela jurisprudência do STF e do STJ, pois entendem os Tribunais que ela não feriria o princípio da isonomia (STF, RE 635.739).

Mas você deve estar se perguntando o que seria essa cláusula...

No direito eleitoral, essa cláusula estabelece a exigência de um percentual mínimo de votação, impedindo a existência dos chamados partidos nanicos ou legendas de aluguel. Já em concursos públicos, ela é aquela regra que prevê um número X de candidatos que irão para a próxima fase.

Exemplificando, aquela limitação de que somente 300 aprovados terão a discursiva corrigida...

Seguindo na análise do artigo 1º da CF, temos a afirmação segundo a qual todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos (voto) ou diretamente, nos termos da Constituição.

É necessário, então, distinguir titularidade do poder de exercício do poder.

O **titular do poder** sempre será o povo, enquanto o **exercício** pode ser feito na forma direta ou indireta. Em razão disso, fala-se que a democracia no Brasil é **mista** ou **semidireta**.

A **democracia indireta** é a regra em nosso ordenamento: os cidadãos votam em seus representantes e estes nos governam e aprovam as leis.

Outro ponto importante: o voto direto, secreto, universal e periódico é uma das cláusulas pétreas, previstas no artigo 60 da Constituição (o assunto é mais bem tratado dentro do Poder Legislativo). No entanto, a obrigatoriedade do voto não está dentro das cláusulas pétreas. É possível transformar o voto e o alistamento facultativos, desde que a alteração seja feita via emenda à Constituição.

Por outro lado, a **democracia direta** é a exceção e pode ser exercida por meio do plebiscito (art. 14, I), referendo (art. 14, II) e iniciativa popular de lei (art. 61, § 2º).

Poder: titularidade x exercício	
Democracia direta	Democracia indireta
O povo exerce o poder diretamente. Acontece por meio do <b>plebiscito, referendo e da iniciativa popular de lei</b> . É a exceção.	É a regra em nosso ordenamento. O povo escolhe seus <b>representantes e eles vão governar o país e aprovar as leis</b> .
O Brasil adota as duas formas, sendo uma <b>democracia mista ou semidireta</b> .	

## ATENÇÃO

Não confunda iniciativa popular de lei (forma de exercício da democracia direta) com ação popular, que é um remédio constitucional.

Diferença entre plebiscito e referendo	
Plebiscito	Referendo
Consulta <b>prévia</b> ao povo, a respeito de determinado ato legislativo ou administrativo.	Consulta <b>posterior</b> ao povo, para saber se ratifica ou rejeita ato legislativo ou administrativo.
Congresso Nacional <b>convoca</b> .	Congresso Nacional <b>autoriza</b> .
<b>Ex.:</b> plebiscito que decidiu <b>forma e sistema</b> de governo e também o plebiscito que decidirá se a população quer – ou não – a divisão do estado do Pará.	<b>Ex.:</b> referendo sobre comércio de armas de fogo e munição.

## 3. PODERES DO ESTADO E AS RESPECTIVAS FUNÇÕES

É certa a afirmação de que o poder emana do povo. No entanto, visando a um melhor funcionamento da máquina pública, Montesquieu desenvolveu a teoria da separação dos Poderes, desdobrando-os em três: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Cada um deles exerce uma função principal, chamada de **típica**, bem como funções secundárias, as **atípicas**.

Poder	Função típica	Funções atípicas
Executivo	Administrar (executar)	<p>1. <b>Legislar:</b> por exemplo, ao editar uma medida provisória ou um decreto autônomo.</p> <p>2. <b>Julgar:</b> julgamentos feitos pelo <b>CADE</b> acerca da possível formação de cartéis ou outras formas de violação da concorrência. Ainda, os julgamentos feitos pelo <b>CARF</b>, órgão envolvido na Operação Zelotes.</p>
Judiciário	Julgar	<p>1. <b>Legislar:</b> elaboração de Regimentos Internos.</p> <p>2. <b>Administrar:</b> 'cuidar' de seus servidores. Ex.: conceder férias.</p>
Legislativo	Legislar e fiscalizar	<p>1. <b>Julgar:</b> processar e julgar as autoridades indicadas pela CF/1988 (art. 52). Ex.: pres. da República.</p> <p>2. <b>Administrar:</b> 'cuidar' de seus servidores. Ex.: concessão de horas extras.</p>
Observação: Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública não se subordinam a nenhum dos Poderes. Eles contam com autonomia AFO (administrativa, funcional e orçamentária-financeira).		

A CF/1988, em seu art. 2º, diz que os Poderes são **independentes e harmônicos**. Isso quer dizer que 'um não é maior que o outro', ou seja, cada um pode controlar (frear) a atuação do outro.

Exemplificando, o presidente da República encaminha um projeto de lei prevendo a criação de novo tributo. O Congresso Nacional (Legislativo) pode aprovar a proposta, criando a lei, ou rejeitá-la, arquivando. Havendo a sanção, promulgação e publicação, nada impede que o Judiciário a declare inconstitucional.

Outro exemplo clássico em provas é o processo de escolha de ministros do STF (Judiciário). O presidente da República (Executivo) indica um nome, que deve ser submetido à aprovação por maioria absoluta dos senadores (Legislativo).

Esse sistema em que cada Poder fiscaliza a atuação do outro é a chamada **teoria dos freios e contrapesos** (no direito norte-americano, é chamado de *check and balances* ou *checks and counterchecks*).

Ah, mas fique atento(a) a um ponto: não há violação à separação dos Poderes quando o Judiciário impõe à administração pública (Executivo) obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais. Ou seja, mesmo sendo o Executivo o gestor dos recursos para o sistema prisional, pode o Judiciário determinar a realização de obras emergenciais nos presídios (STF RE n. 592.581).

Ainda relacionado ao caos do sistema carcerário, foi determinado que não poderia haver o contingenciamento (bloqueio) de verbas destinadas ao FUNPEN (Fundo Penitenciário Nacional), de modo a diminuir os problemas estruturais encontrados (STF, ADPF n. 347).

Um ponto que desassossega o(a) amigo(a) concurseiro(a) é o **posicionamento constitucional do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas**.

Nenhuma dessas instituições está em relação de subordinação aos Poderes supracitados.

O **Tribunal de Contas da União** atua como auxiliar do Congresso Nacional, mas mantém independência e ausência de subordinação hierárquica (STF, ADI 4.190).

Quanto ao **Ministério Público**, igualmente, fala-se em independência e inexistência de subordinação.

Mas, sem dúvidas, **o julgado do STF mais cobrado em provas de concursos quando se fala em separação dos Poderes diz respeito à Defensoria Pública**. O caso envolvia um ato de governador de estado que, ao receber o orçamento encaminhado pela Defensoria local dentro dos limites da LDO, promoveu cortes. Além disso, ele ainda inseriu a instituição dentro da estrutura da Secretaria de Justiça, subordinada ao Executivo (STF, ADPF 307).

Analisando o que fez o governador, o STF entendeu que houve dupla violação à autonomia da Defensoria Pública. O Tribunal ainda se posicionou no sentido de que a autonomia da Defensoria Pública seria um preceito fundamental de nossa Constituição.

Em resumo, podemos afirmar que a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Tribunal de Contas são dotados de autonomia administrativa, funcional e orçamentária, não se subordinando ao Executivo ou a qualquer outro Poder.

Eu citei uma polêmica envolvendo a Defensoria Pública e o Executivo, certo? Porém, outra briga também muito grande envolveu o Judiciário – mais especificamente a Justiça do Trabalho e o Poder Legislativo.

Deixe-me explicar...

Há alguns anos, o orçamento da Justiça do Trabalho, encaminhado no projeto de lei orçamentária, sofreu um grande corte nos valores ao chegar ao Legislativo.

Então, a ANAMATRA, que é a entidade de classe que representa os magistrados trabalhistas, foi ao STF alegando violação ao princípio da separação dos Poderes, porque o corte inviabilizaria o regular funcionamento do serviço.

No STF, o pedido não foi atendido, sendo a ação julgada improcedente. Ao final, ainda foi firmada a seguinte tese:

Salvo em situações graves e excepcionais, não cabe ao Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes, interferir na função do Poder Legislativo de definir receitas e despesas da administração pública, emendando projetos de leis orçamentárias, quando atendidas as condições previstas no art. 166, § 3º e § 4º, da Constituição Federal (STF, ADI n. 5.468).

Como diria meu pai, "pau que dá em Chico também dá em Francisco..."

Em outro julgado, o STF disse que não ofende os princípios da separação e da harmonia entre os Poderes do Estado a decisão que, em inquérito destinado a apurar ilícitos penais envolvendo deputado federal, determinou, sem prévia autorização da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a coleta de dados telemáticos nas dependências dessa Casa Legislativa (STF, AC n. 4.005).

Outra coisa: cuidado para não escorregar numa casca de banana... é que, embora exista o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com representantes vindos de dentro e de fora do Judiciário, o STF firmou a compreensão segundo a qual **é inconstitucional a criação, por Constituição Estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades** (STF, Súmula n. 649).

Mais: por conta da autonomia administrativa do Judiciário, assim como no princípio da separação dos Poderes, o STF declarou a inconstitucionalidade de lei estadual que previa caber ao Poder Executivo fazer **controle de qualidade** de serviços públicos prestados por órgãos do Poder Judiciário (STF, ADI n. 1.903).

Ei, mas você está lembrando que a separação de Poderes é uma das cláusulas pétreas previstas lá no § 4º do artigo 60 da Constituição?

Aliás, quando o assunto é cláusula pétrea, essa é a campeã nas provas de concursos. Então, que tal vermos outros julgados bastante exigidos? Afinal, este material nasceu deliberadamente voltado para preparar você para resolver as questões dos mais variados graus de dificuldade.



Vamos lá?

Antes, porém, um alerta: na maioria das vezes, o defeito está no fato de se exigir a participação do Legislativo em um assunto que seria próprio aos outros Poderes. Veja:

- 1) viola a separação de Poderes lei estadual que condiciona todas as desapropriações feitas a prévia aprovação do Legislativo. O defeito aqui seria o fato de essa tarefa – desapropriar – caber ao Executivo (STF, ADI n. 106);
- 2) viola a separação de Poderes lei estadual que exija a sabatina de nomes de lista tríplice ao cargo de Procurador-Geral de Justiça (PGJ). A razão da inconstitucionalidade nesse caso consiste na ausência de previsão da sabatina na Constituição Federal. E, na escolha do PGJ, o Chefe do Executivo já fica restringido por conta da lista tríplice, elaborada pelo próprio MP (STF, ADI n. 3.888);
- 3) no mesmo sentido do item anterior, também seria inconstitucional norma estadual que previsse a aprovação, pela Assembleia Legislativa, dos integrantes da lista tríplice do quinto constitucional para preenchimento de vaga de Desembargador do TJ (STF, ADI n. 4.150);
- 4) viola a separação de Poderes lei estadual que preveja sabatina do Legislativo para os integrantes de Diretorias das entidades da Administração Indireta (empresas públicas e sociedades de economia mista). A exceção ficaria por conta das autarquias e das fundações públicas, pois, em relação a elas, a Constituição Federal prevê a aprovação do Senado. Assim, em simetria, a Constituição Estadual também poderia prever (STF, ADI n. 2.225);
- 5) viola a separação de Poderes **a convocação de Magistrado, por CPIs**, para prestar esclarecimentos sobre ato jurisdicional praticado. Como você sabe, contra decisão judicial cabe recurso, e não CPI (STF, HC n. 86.581).

## 4. OBJETIVOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Com os objetivos, a Constituição diz quais são as metas que deseja alcançar e, ao mesmo tempo, reconhece que nenhuma delas foi atingida.

É muito importante lembrar que os objetivos internos (artigo 3º), os princípios nas relações internacionais (artigo 4º) e os direitos sociais (artigo 6º) são considerados **normas programáticas** (limitadas de caráter programático). Esse tema é frequentemente cobrado nas provas, dentro do tema da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.

O artigo 3º enumera estes objetivos: **construir** uma sociedade livre, justa e solidária; **garantir** o desenvolvimento nacional; **promover** o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; **erradicar** a pobreza e a marginalização; e **reduzir** as desigualdades sociais e regionais.

Os objetivos internos sempre **começam com verbo no infinitivo**. Alerto, no entanto, que algumas bancas examinadoras têm optado pela substantivação dos verbos, no intuito de confundir os candidatos.

Desse modo, **construir** uma sociedade livre, justa e solidária transforma-se em **a construção** de uma sociedade livre...

Mas afundando um pouquinho a mão, é com fundamento na ideia de promover o bem de todos, sem discriminações, que o STF entendeu pela **possibilidade de reconhecimento da união estável ou do casamento entre pessoas de mesmo sexo**. Assim, o reconhecimento do conceito de família está ligado ao afeto, seja a união homoafetiva, seja a heteroafetiva (STF, ADI n. 4.277).

Além da proteção à dignidade da pessoa humana, também a **promoção do bem de todos**, sem discriminação em razão de sexos, foi invocada pelo STF ao afirmar que **o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil**, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa (STF, RE n 670.422).

Tem mais: o polêmico tema da **Escola sem Partido** foi debatido pelo STF quando declarou a **inconstitucionalidade** de lei que excluía da política municipal de educação qualquer referência à diversidade de gênero ou de orientação sexual.

Pontuou-se que a **censura ao debate seria inconstitucional**, e que a abordagem de gênero e sexualidade seria obrigação das secretarias de educação, escolas e professores.

Os críticos da Escola sem Partido falam em mordaza e censura em livros didáticos e planos educacionais, podendo levar à perseguição de professores, além de ferir o objetivo fundamental de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos (STF, ADPF n. 467).

Outra coisa: você viu que um dos objetivos da RFB é erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, certo?

Pois é, o STF também viu. Viu também a omissão dos outros Poderes em viabilizar para que isso aconteça. Então, fez um apelo aos Poderes Legislativo e Executivo a fim de que **reformulem os programas sociais de transferência de renda em vigor e atualizem as quantias do Programa Bolsa Família**. A ideia central é que, ante a mora (demora) inconstitucional, deve ser fixado o valor da **renda básica de cidadania** para o estrato da população brasileira em condição de vulnerabilidade socioeconômica — pobreza e extrema pobreza — a ser efetivado, pelo presidente da República, a partir do ano de 2022 (STF, MI n. 7.300).

Não confunda os **Fundamentos** com os **Objetivos**! O mnemônico para o artigo 3º é **CON-GA-PRO-ER-RE**, enquanto o dos fundamentos era SO-CI-DI-VA-PLU.

## 5. PRINCÍPIOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O artigo 4º da CF/1988 traz orientações e princípios (também chamados de objetivos externos) a serem seguidos pelo Brasil nas relações com outros países. Aqui, prefiro não criar mnemônico, pois geraria uma dificuldade maior do que a pura compreensão decorrente da lógica. Em outras palavras, a própria vivência já permite a compreensão do(a) candidato(a).

Nesse contexto, é fácil lembrar que temos “a defesa da paz”, o “repúdio ao terrorismo e ao racismo” etc.

No texto constitucional constam estes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

Dentro do rol anteriormente previsto, eu destacaria dois princípios de maior incidência e relevância para as provas.

**O primeiro é o que fala no repúdio ao terrorismo e ao racismo.**

Este está no artigo 5º, que menciona ser o **racismo crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão**.

Imprescritível significa que o Estado nunca perde o direito de punir o criminoso, mesmo que se passem vários anos.

Há um caso julgado pelo STF no ano de 2004, mas que até hoje continua caindo com muita frequência em provas de concursos. O que aconteceu foi que um autor resolveu escrever um livro ofensivo aos judeus. Em sua defesa, afirmou que não havia praticado racismo, tendo a conduta sido alcançada pela prescrição.

No entanto, o Tribunal decidiu que:

escrever, editar, divulgar e comercializar livros 'fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias' contra a comunidade judaica (Lei n. 7.716/1989, artigo 20, na redação dada pela Lei n. 8.081/1990) **constitui crime de racismo** sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade (HC n. 82.424, STF).

Nesse julgamento, **equipararam-se ao racismo práticas de antissemitismo e antissionismo**. Assim, todas foram consideradas imprescritíveis.

Tem mais: também se inserem dentro da figura do **racismo social** as condutas de **homofobia e transfobia**. Foi o que decidiu o STF ao acolher os pedidos formulados na ADO n. 26 e no MI n. 4.733. Assim, **até que seja editada lei formal regulando a matéria, atos de homofobia e de transfobia contra a comunidade LGBTQ+ são equiparados ao racismo**.

Nos polêmicos julgamentos, o relator da ADO, ministro Celso de Mello, reconheceu o estado de mora inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei de proteção penal aos integrantes do grupo LGBTQ+.

Houve muitas críticas às decisões, com fundamento na possível violação do princípio da legalidade, uma vez que, no Direito Penal, não há crime sem lei anterior que o defina.

**Agora vem a cereja do bolo:** tradicionalmente, uma das principais diferenças entre o crime de racismo e a injúria racial estava no fato de apenas o primeiro ser imprescritível.

Pois é, mas num julgado recente, envolvendo dois jornalistas de renome – Paulo Henrique Amorim (já falecido) e Heraldo Pereira –, o STF confirmou entendimento do STJ, reconhecendo a imprescritibilidade também da injúria racial.

No episódio, Paulo Henrique Amorim teria dito que Heraldo Pereira seria “um preto de alma branca” e que não teria nenhum atributo maior para justificar o seu sucesso, exceto a cor de sua pele e o fato de ter origem humilde.

Esse mesmo raciocínio, de consideração da injúria qualificada como imprescritível, foi confirmado pelo Plenário do Tribunal em outubro de 2021 (STF, HC 154.248).

Então, para as provas, leve a orientação segundo a qual **o racismo e a injúria racial são considerados imprescritíveis, nunca se perdendo a possibilidade de o Estado punir o infrator.**

**O segundo é o relativo à concessão de asilo político.** A esse respeito, lembro que o Brasil não extradita nem mesmo estrangeiros por crimes políticos ou de opinião.

Nesses casos, pode ser deferido asilo ou refúgio político. Continuando, a doutrina diferencia os institutos do refúgio político e do asilo político, sendo este mais restrito do que aquele. Veja a ilustração a seguir:

<b>Diferença entre asilo e refúgio político</b>	
<b>Asilo político</b>	<b>Refúgio político</b>
É motivado pela perseguição por crimes políticos.	É motivado pela perseguição de natureza política, religiosa, racial, de nacionalidade ou de grupo social.
Normalmente é usado para perseguição individualizada.	Necessidade de proteção atinge número elevado de pessoas, tendo a perseguição aspecto mais generalizado.
Decisão de caráter político, com a <b>concessão discricionária</b> .	Ato administrativo de <b>caráter vinculado</b> .

No caso envolvendo o julgamento do ativista italiano Cesare Battisti, o Ministério da Justiça havia concedido refúgio político, o que se apresentava como impedimento ao pedido de extradição formulado pela Itália.

No referido julgamento, o STF entendeu, num primeiro momento, que **o deferimento de refúgio político é um ato administrativo vinculado** e que na hipótese não havia correspondência

entre os motivos declarados para a concessão do benefício e o suporte legal que autorizava o refúgio. Em consequência, afastou o refúgio.

Com isso, era possível a análise da pretensão de extradição. Quanto a esse pedido, o Tribunal pontuou que o presidente da República **não possuiria discricionariedade na decisão de extradição** – ou não – de estrangeiros, **devendo observar as disposições porventura constantes em tratados internacionais celebrados com outros países**. Ou seja, o presidente estaria vinculado ao tratado internacional, se existente (STF, EXT 1.085).

Nessa ocasião, o STF disse que o caso envolvia **crimes complexos** (misto de crime comum e político), mas que prevalecia a natureza comum das infrações, o que autorizaria a extradição. Como é de conhecimento notório, o então presidente Lula negou o pedido de extradição, invocando uma das exceções previstas no acordo internacional firmado entre o Brasil e a Itália.

Contra essa decisão, o governo italiano acabou reclamando junto ao STF, alegando descumprimento da decisão do Tribunal. No entanto, acabou prevalecendo a tese de que **a Itália não teria legitimidade para contestar um ato de soberania emanado do presidente da República**, mantendo Cesare Battisti no País. Tem mais: eventual irresignação da Itália deveria ser levada ao Tribunal Internacional de Haia, sendo incompetente o STF (STF, RCL 11.243).

Por sua vez, na vigência do mandato do presidente Temer, houve nova análise da questão, sendo deferida a extradição. No entanto, por meio de liminar concedida pelo ministro Luiz Fux, Battisti foi mantido no Brasil (STF, RCL 29.066).

Em mais um capítulo da novela, no final de 2018 o ministro Luiz Fux cassou a liminar e autorizou a extradição, determinando a prisão do italiano. O fundamento foi no sentido de que o presidente da República teria legitimidade para entender de modo diverso do chefe de Estado anterior, sendo válida a determinação de extraditar.

Já em janeiro de 2019, Battisti foi capturado quando se encontra na Bolívia, sendo efetivamente extraditado para a Itália.

Por oportuno, é importante lembrar que o outro país, quando solicita a extradição, compromete-se a não aplicar uma das penas aqui proibidas. O destaque é relevante, uma vez que Battisti teria sido condenado à prisão perpétua na Itália pelos quatro crimes de homicídio que teria praticado ou participado.

Aproveitando que falei sobre extradição, a Súmula n. 421 do STF diz que **não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro.**

Por fim, lembro que também consta na Constituição que a República brasileira buscará a **integração** econômica, política, social e cultural dos povos **da América Latina**, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

## 6. TÓPICO ESPECIAL: SÚMULAS APLICÁVEIS À AULA

### Súmulas Vinculantes – STF

#### **Súmula Vinculante n. 11**

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

#### **Súmula Vinculante n. 49**

Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

#### **Súmula Vinculante n. 56**

A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE n. 641.320/RS.

### Súmulas STF – não Vinculantes

#### **Súmula n. 649**

**É inconstitucional a criação, por Constituição Estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.**

**Súmula n. 421**

Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro.



## QUESTÕES DE CONCURSO – CESPE

**QUESTÃO 1**

(MP-CE/PROMOTOR DE JUSTIÇA/2020) Ao tratar dos princípios fundamentais,

a CF estabelece, em seu art. 1º,

- a) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- b) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- c) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas.
- d) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- e) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

**QUESTÃO 2**

(TJ-PA/AUXILIAR JUDICIÁRIO/2020) Assinale a opção que apresenta um princípio que rege as relações internacionais do Brasil.

- a) prevalência dos direitos humanos
- b) garantia do desenvolvimento nacional
- c) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- d) pluralismo político
- e) construção de sociedade livre, justa e solidária

**QUESTÃO 3**

(CGE-CE/CONHECIMENTOS BÁSICOS/2019) Acerca da organização contemporânea do Estado brasileiro, é correto afirmar que

- a) a forma de Estado vigente é denominada Estado unitário.
- b) a forma de governo adotada é a presidencialista.
- c) o presidente da República é o chefe de Estado, mas não o chefe de governo.
- d) a forma de Estado vigente é o Estado democrático de direito.
- e) a forma de governo adotada é a república e o regime político é o democrático.

**QUESTÃO 4**

(CGE-CE/AUDITOR/2019) Acerca de democracia, representação e participação

social no Brasil, assinale a opção correta.

- a) No Brasil, o exercício da democracia efetiva-se unicamente por meio do voto nas eleições.
- b) Plebiscito é a convocação do povo para ratificar ou rejeitar ato legislativo ou administrativo previamente aprovado pelo Poder Legislativo.
- c) No caso de alteração territorial relativa à divisão de estado para originar novos estados, o respectivo projeto de lei proposto no Congresso Nacional deverá ser, depois de aprovado, submetido a referendo da população interessada.
- d) A iniciativa popular é uma forma de democracia indireta.
- e) No Brasil, é possível a participação da população em decisões relativas a formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento de políticas públicas.

**QUESTÃO 5**

(MPC-PA/ASSISTENTE/2019) Com relação à organização politicoadministrativa

do Estado federal brasileiro, é correto afirmar que os municípios têm

- a) Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário próprios.
- b) apenas Poder Judiciário e Poder Legislativo próprios, mas não Poder Executivo.
- c) apenas Poder Executivo e Poder Legislativo próprios, mas não Poder Judiciário.
- d) apenas Poder Judiciário próprio, mas não Poder Executivo nem Poder Legislativo.
- e) apenas Poder Executivo próprio, mas não Poder Legislativo nem Poder Judiciário, sendo o controle externo exercido somente pelos tribunais de contas dos estados.

**QUESTÃO 6**

(TJ-PR/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2019) É fundamento da República Federativa do

Brasil

- a) a erradicação da pobreza.
- b) a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

- c) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) a forma democrática de Estado.
- e) a dignidade da pessoa humana.

**QUESTÃO 7** (SEFAZ-RS/AUDITOR/2019) À luz do disposto na CF, assinale a opção correta no que se refere aos princípios fundamentais da CF.

- a) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário — poderes independentes e harmônicos entre si, integrantes da República Federativa do Brasil — não estão sujeitos ao princípio da indissolubilidade do vínculo federativo.
- b) A República Federativa do Brasil é composta pela união entre os estados federados, municípios e o Distrito Federal, não podendo ser nem mesmo objeto de deliberação uma proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa.
- c) A independência nacional como princípio significa a manifestação da soberania na ordem interna com superioridade a todas as demais manifestações de poder em âmbito global.
- d) A solução pacífica dos conflitos é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são poderes harmônicos e preservam o equilíbrio no exercício das funções estatais essenciais, coibindo o sistema de freios e contrapesos.

**QUESTÃO 8** (PGE-PE/NÍVEL SUPERIOR/2019) A cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa encontram-se entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.

**QUESTÃO 9** (TJDFT/CARTÓRIOS/2019) É fundamento da República Federativa do Brasil

- a) a dignidade da pessoa humana.
- b) o desenvolvimento nacional.

- c) a independência nacional.
- d) a erradicação da pobreza.
- e) a solidariedade.

**QUESTÃO 10** (TJDFT/CARTÓRIOS/2019) O Estado brasileiro deve obediência irrestrita à própria Constituição, mas, ainda assim, assumiu, nos termos desse estatuto político, o compromisso de reger-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio da

- a) prevalência dos direitos humanos.
- b) erradicação de todas as formas de discriminação.
- c) dignidade da pessoa humana.
- d) redução das desigualdades regionais.
- e) inviolabilidade do direito à segurança.

**QUESTÃO 11** (MPE-PI/TÉCNICO/2018) A defesa da paz e a solução pacífica de conflitos são fundamentos da República Federativa do Brasil.

**QUESTÃO 12** (IPHAN/AUXILIAR/2018) São princípios da República Federativa do Brasil, dentre outros, a defesa da paz, da igualdade entre estados e da prevalência dos direitos humanos.

**QUESTÃO 13** (IPHAN/AUXILIAR/2018) No Brasil, as proibições constitucionais de tortura e tratamento desumano decorrem do fundamento da dignidade da pessoa humana.

**QUESTÃO 14** (PCMA/INVESTIGADOR/2018) Acerca dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

- I – O poder que emana do povo será exercido somente por meio de seus representantes eleitos.
- II – O Brasil rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da intervenção e da negativa de asilo político.

III – São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.

IV – A República Federativa do Brasil visa à formação de uma comunidade latino-americana de nações por meio da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

**QUESTÃO 15** (TCE-PB/AGENTE/2018) De acordo com os princípios fundamentais estabelecidos na CF, assinale a opção que apresenta, respectivamente, as formas de Estado e de governo adotadas no Brasil.

- a) Federação e República
- b) Federação e presidencialismo
- c) presidencialismo e República
- d) República e Federação
- e) República e presidencialismo

**QUESTÃO 16** (TCE-PB/AUDITOR/2018) A afirmação de que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, nos termos da CF, retrata o princípio fundamental da República Federativa do Brasil denominado princípio

- a) da cidadania.
- b) da livre iniciativa.

- c) representativo.
- d) do pluralismo político.
- e) do Estado democrático de direito.

**QUESTÃO 17**

(TRE-TO/TÉCNICO/2017) Em determinado seminário sobre os rumos jurídicos e políticos do Oriente Médio, dois professores debateram intensamente sobre a atual situação política da Síria. Hugo, professor de relações internacionais, defendeu que o Brasil deveria realizar uma intervenção militar com fins humanitários. José, professor de direito constitucional, argumentou que essa ação não seria possível conforme os princípios constitucionais que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Nessa situação hipotética, com base na Constituição Federal de 1988 (CF),

- a) Hugo está correto, pois a intervenção humanitária é um dos princípios constitucionais que rege as relações internacionais do Brasil.
- b) José está correto, pois a não intervenção e a solução pacífica dos conflitos são princípios constitucionais que orientam as relações internacionais do Brasil.
- c) Hugo está errado, pois a defesa da paz e dos direitos humanos não são princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil.
- d) Hugo está correto, pois a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos constitucionais do estado brasileiro e uma das causas que autorizam a intervenção militar do Brasil em outros Estados soberanos.
- e) José está errado, pois a declaração de guerra é ato político discricionário e unilateral do presidente da República, não estando sujeito a limites jurídicos.

**QUESTÃO 18**

(TRE-TO/TÉCNICO/2017) Quanto à forma, o Estado brasileiro é classificado como

- a) democrático, embasado no princípio da igualdade.
- b) republicano, fundamentado na alternância do poder.

- c) republicano, sendo essa forma protegida como cláusula pétrea.
- d) Estado democrático de direito.
- e) federativo, sujeito ao princípio da indissolubilidade.

**QUESTÃO 19** (CGM JOÃO PESSOA/AUDITOR/2018) À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir, acerca dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais.

Conforme a CF, o poder emana do povo e é exercido por meio de representantes eleitos, não havendo previsão do exercício do poder diretamente pelo povo.

**QUESTÃO 20** (PC-SE/DELEGADO DE POLÍCIA/2018) Julgue o item seguinte, relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos e às garantias constitucionais.

Em caso de perigo à integridade física do preso, admite-se o uso de algemas, desde que essa medida, de caráter excepcional, seja justificada por escrito.

**QUESTÃO 21** (CGM JOÃO PESSOA/TÉCNICO/2018) Acerca dos princípios, fundamentos e objetivos da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A soberania, que consiste em um poder político supremo e independente, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

**QUESTÃO 22** (CGM JOÃO PESSOA/TÉCNICO/2018) Acerca dos princípios, fundamentos e objetivos da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A concessão de asilo político é um ato de soberania estatal de competência dos governadores dos estados e aplica-se em virtude de perseguição a estrangeiro praticada por seu próprio país ou por terceiro.

**QUESTÃO 23** (CGM JOÃO PESSOA/TÉCNICO/2018) Acerca dos princípios, fundamentos e objetivos da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais constituem objetivos da República Federativa do Brasil expressos na CF.

**QUESTÃO 24** (TCM-BA/AUDITOR/2018) Acerca dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue o item a seguir.

O princípio fundamental da Constituição que consiste em fundamento da República Federativa do Brasil, de eficácia plena, e que não alcança seus entes internos é a soberania.

**QUESTÃO 25** (PGE-SE/PROCURADOR/2017/ADAPTADA) Quanto à forma, o Estado brasileiro é classificado como republicano, fundamentado na alternância do poder.

**QUESTÃO 26** (TRT 8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016/ADAPTADA) Julgue o item a seguir, a respeito dos princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988 (CF).

A dignidade da pessoa humana é conceito eminentemente ético-filosófico, insuscetível de detalhada qualificação normativa, de modo que de sua previsão na Constituição não resulta grande eficácia jurídica, em razão de seu conteúdo abstrato.

**QUESTÃO 27** (TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016/ADAPTADA) A respeito dos princípios fundamentais constantes da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A eletividade e a temporariedade são conceitos inerentes ao princípio republicano extraído da CF.

**QUESTÃO 28** (CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO/2014) A respeito de princípios fundamentais e de direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.

A democracia brasileira é indireta, ou representativa, haja vista que o poder popular se expressa por meio de representantes eleitos, que recebem mandato para a elaboração das leis e a fiscalização dos atos estatais.



**QUESTÃO 29**

(INSTITUTO RIO BRANCO/DIPLOMATA/2015) A respeito do processo legislativo e dos direitos e garantias fundamentais, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, julgue (C ou E) o item subsequente.

A concessão de asilo político a estrangeiro é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, mas, como ato de soberania estatal, o Estado brasileiro não está obrigado a realizá-lo.

**QUESTÃO 30**

(TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016/ADAPTADA) A respeito dos princípios fundamentais constantes da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Em decorrência do princípio federativo, há relação de hierarquia entre a União e os demais entes integrantes da Federação.

**QUESTÃO 31**

(TJ-DFT/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) Julgue o item seguinte, a respeito dos princípios fundamentais e das funções essenciais à justiça.

As defensorias públicas dos estados são vinculadas ao Poder Executivo por meio das secretarias de estado de justiça, sendo a autonomia prevista apenas para a Defensoria Pública da União.

**QUESTÃO 32**

(TRE-RS/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015/ADAPTADA) No que se refere aos princípios e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Com base no princípio da dignidade da pessoa humana, o ordenamento jurídico brasileiro restringe o uso de algemas no país.

**QUESTÃO 33**

(TRT 8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2013/ADAPTADA) Acerca dos princípios fundamentais da CF, julgue o item a seguir.

Ao estabelecer que os poderes são independentes entre si, a CF instituiu o sistema de pesos e contrapesos, em que o exercício de cada poder constituído se dá de forma exclusiva, a fim de garantir independência e assegurar o princípio da separação dos poderes.

**QUESTÃO 34** (FUB/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2015) Julgue o item a seguir, a respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e dos fundamentos da República Federativa do Brasil. O pluralismo político, fundamento da República Federativa do Brasil, é pautado pela tolerância a ideologias diversas, o que exclui discursos de ódio, não amparados pela liberdade de manifestação do pensamento.

**QUESTÃO 35** (TRT 8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2013/ADAPTADA) Acerca dos princípios fundamentais da CF, julgue o item a seguir.

Preocupado com o avanço das atividades de grupos extremistas e com a intenção de proteger a população, o constituinte originário alçou o repúdio ao terrorismo a objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

**QUESTÃO 36** (TCU/AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO/2015) Julgue o item seguinte, a respeito dos órgãos de fiscalização e controle instituídos pela CF.

A despeito do seu papel constitucional de AUXILIAR o Poder Legislativo, o TCU não depende de autorização ou provocação desse poder para exercer suas atribuições constitucionais, podendo exercê-las até mesmo contra ele.

**QUESTÃO 37** (INSTITUTO RIO BRANCO/DIPLOMATA/2015) No que diz respeito à organização dos poderes, ao princípio da legalidade e ao controle dos atos administrativos, julgue (C ou E) o seguinte item.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 reservar a primazia da função legislativa ao Poder Legislativo, ela não lhe concedeu o monopólio dessa função, tendo sido estabelecidas outras fontes normativas primárias tanto no Executivo quanto no Judiciário.

**QUESTÃO 38** (PC-PE/AGENTE DE POLÍCIA/2016/ADAPTADA) Julgue o item acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.

Em casos de profunda degradação da dignidade humana em determinado Estado, o princípio fundamental internacional da prevalência dos direitos humanos sobrepõe-se à própria soberania do Estado.

**QUESTÃO 39** (PC-GO/DELEGADO DE POLÍCIA/2017/ADAPTADA) Julgue o item a seguir, a respeito da organização dos poderes e do sistema de freios e contrapesos no direito constitucional pátrio.

A atividade legislativa e a de julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade são funções típicas do Poder Legislativo.

**QUESTÃO 40** (TCE-PB/PROCURADOR/2014/ADAPTADA) Acerca dos princípios fundamentais, assinale a opção correta com base na jurisprudência do STF.

A República Federativa do Brasil constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

**QUESTÃO 41** (TELEBRAS/NÍVEL SUPERIOR/2013) Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

A soberania, a separação dos poderes, a garantia do desenvolvimento nacional e a independência nacional são exemplos de princípios fundamentais, porém apenas a soberania constitui fundamento da República Federativa do Brasil.

**QUESTÃO 42** (TCE-RS/OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO/2013) À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte, a respeito dos princípios fundamentais. Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

**QUESTÃO 43** (TCE-ES/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2013/ADAPTADA) No que diz respeito aos princípios fundamentais, julgue o item a seguir.

Embora consagre a não intervenção como princípio que rege o Brasil nas suas relações internacionais, a Constituição Federal admite expressamente a intervenção humanitária nos Estados que causem violação sistemática aos direitos humanos, mediante o uso de medidas diplomáticas, econômicas e outras admitidas pelo direito internacional.

**QUESTÃO 44** (MS/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2013) Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue.

A República Federativa do Brasil não pode conceder extradição de estrangeiro por crime político.

**QUESTÃO 45** (PC-GO/DELEGADO DE POLÍCIA/2017/ADAPTADA) Julgue o item a seguir, a respeito da organização dos poderes e do sistema de freios e contrapesos no direito constitucional pátrio.

Adotada por diversos países, entre eles o Brasil, a ideia de tripartição dos poderes do Estado em segmentos distintos e autônomos entre si — Legislativo, Executivo e Judiciário — foi concebida por Aristóteles.

## GABARITO – CESPE

---

- |       |       |
|-------|-------|
| 1. e  | 28. E |
| 2. a  | 29. C |
| 3. e  | 30. E |
| 4. e  | 31. E |
| 5. c  | 32. C |
| 6. e  | 33. E |
| 7. b  | 34. C |
| 8. C  | 35. E |
| 9. a  | 36. C |
| 10. a | 37. C |
| 11. E | 38. C |
| 12. C | 39. E |
| 13. C | 40. E |
| 14. c | 41. C |
| 15. a | 42. E |
| 16. C | 43. E |
| 17. B | 44. C |
| 18. E | 45. E |
| 19. E |       |
| 20. C |       |
| 21. C |       |
| 22. E |       |
| 23. C |       |
| 24. C |       |
| 25. E |       |
| 26. E |       |
| 27. C |       |

## GABARITO COMENTADO – CESPE

**QUESTÃO 1**

(MP-CE/PROMOTOR DE JUSTIÇA/2020) Ao tratar dos princípios fundamentais,

a CF estabelece, em seu art. 1º,

- a) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- b) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- c) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas.
- d) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- e) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

**Letra e.**

Vou por exclusão, ok?

**a) Errada.** Na letra a, você precisa lembrar que a forma federativa de Estado é uma cláusula pétrea prevista no artigo 60, § 4º, da Constituição, de modo que é errado citar como implícita. Além disso, a tripartição de poderes está baseada no artigo 2º da Constituição, calcada nas ideias de Montesquieu.

**b) Errada.** Embora adotemos o sistema presidencialista de governo, isso não está previsto no artigo 1º da Constituição.

**c) Errada; d) Errada.** O erro das alternativas c e d está no fato de que somente a forma federativa de Estado é cláusula pétrea expressa/explicita.

**e) Certa.** Sobra como correta a letra e, na medida em que a República é uma forma de governo que tem as características de eletividade, temporariedade e responsabilidade. Ela se contrapõe à Monarquia, cujas características são a hereditariedade, a vitaliciedade, a irresponsabi-

lidade dos governantes (a célebre frase 'O rei não pode errar'), sendo que a sucessão sempre ocorre por membros da mesma família, a escolhida por Deus.

Veja no quadro a seguir as distinções entre elas:

República	Monarquia
Eletividade	Hereditariedade
Temporalidade	Vitaliciedade
Representatividade popular (o povo escolhe seu representante)	Ausência de representatividade popular (o critério para definição do rei é a linhagem familiar)
Responsabilização dos governantes (inclusive por crime de responsabilidade - <i>impeachment</i> )	Inexistência de responsabilidade dos governantes ( <i>the king can do no wrong</i> – o rei não pode errar).

**QUESTÃO 2** (TJ-PA/AUXILIAR JUDICIÁRIO/2020) Assinale a opção que apresenta um princípio que rege as relações internacionais do Brasil.

- a) prevalência dos direitos humanos
- b) garantia do desenvolvimento nacional
- c) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- d) pluralismo político
- e) construção de sociedade livre, justa e solidária

**Letra a.**

Os princípios que regem as relações internacionais do Brasil estão elencados no art. 4º da CF:

**Art. 4º** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;

- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Conforme podemos perceber, a prevalência dos direitos humanos faz parte do rol de princípios do art. 4º.

As letras b e e trazem objetivos (artigo 3º), enquanto as alternativas c e d contam com fundamentos da RFB (artigo 1º).

Assim, a alternativa correta é a letra a.

**QUESTÃO 3**

(CGE-CE/CONHECIMENTOS BÁSICOS/2019) Acerca da organização contempo-

rânea do Estado brasileiro, é correto afirmar que

- a) a forma de Estado vigente é denominada Estado unitário.
- b) a forma de governo adotada é a presidencialista.
- c) o presidente da República é o chefe de Estado, mas não o chefe de governo.
- d) a forma de Estado vigente é o Estado democrático de direito.
- e) a forma de governo adotada é a república e o regime político é o democrático.

**Letra e.**

O Brasil adota a forma federativa de Estado, o sistema presidencialista de governo, o regime democrático de governo e a forma republicana de governo.

A República é uma forma de governo que tem as características de eletividade, temporariedade e responsabilidade. Ela se contrapõe à Monarquia, cujas características são a hereditariedade, a vitaliciedade, a irresponsabilidade dos governantes (a célebre frase 'O rei não pode errar'), sendo que a sucessão sempre ocorre por membros da mesma família, a escolhida por Deus.

Por conta da adoção do sistema presidencialista de governo, a mesma figura – no caso, o Presidente da República – acumula as funções de chefe de Estado e de chefe de governo.

Ainda, o Brasil se constitui Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Dito isso, a letra e é a alternativa correta.



**QUESTÃO 4**

(CGE-CE/AUDITOR/2019) Acerca de democracia, representação e participação

social no Brasil, assinale a opção correta.

- a) No Brasil, o exercício da democracia efetiva-se unicamente por meio do voto nas eleições.
- b) Plebiscito é a convocação do povo para ratificar ou rejeitar ato legislativo ou administrativo previamente aprovado pelo Poder Legislativo.
- c) No caso de alteração territorial relativa à divisão de estado para originar novos estados, o respectivo projeto de lei proposto no Congresso Nacional deverá ser, depois de aprovado, submetido a referendo da população interessada.
- d) A iniciativa popular é uma forma de democracia indireta.
- e) No Brasil, é possível a participação da população em decisões relativas a formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento de políticas públicas.

**Letra e.**

Vou por exclusão, ok?

- a) **Errada**, porque o voto é apenas uma das formas de participação democrática. Poderíamos citar outras ferramentas, como a fiscalização de contas públicas, a possibilidade de qualquer cidadão apresentar pedido de impeachment do presidente da República etc.
- b) **Errada**. A descrição contida na letra b se liga ao conceito de referendo. O plebiscito é manifestação prévia, não posterior. Isso torna errada a alternativa b.
- c) **Errada**. Na formação de novos estados – fusão, incorporação, anexação ou desmembramento – a população se manifesta previamente, por meio de plebiscito. Ah, na formação de municípios também há plebiscito, nunca referendo. Assim, errada a letra c.
- d) **Errada**. O erro da letra d está no fato de que o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de lei são formas de exercício direto da democracia.
- e) **Certa**. Sobra como correta a letra e, porquanto há outros mecanismos de participação popular além dos estabelecidos no art. 14 da CF. Desse modo, o povo poderá participar seja por meio de audiências públicas, seja por outras maneiras como o orçamento participativo. Afora

isso, no artigo 204, II, é prevista a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações relativas à assistência social em todos os níveis.

- QUESTÃO 5** (MPC-PA/ASSISTENTE/2019) Com relação à organização político-administrativa do Estado federal brasileiro, é correto afirmar que os municípios têm
- a) Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário próprios.
  - b) apenas Poder Judiciário e Poder Legislativo próprios, mas não Poder Executivo.
  - c) apenas Poder Executivo e Poder Legislativo próprios, mas não Poder Judiciário.
  - d) apenas Poder Judiciário próprio, mas não Poder Executivo nem Poder Legislativo.
  - e) apenas Poder Executivo próprio, mas não Poder Legislativo nem Poder Judiciário, sendo o controle externo exercido somente pelos tribunais de contas dos estados.

**Letra c.**

Cuidado para não confundir, porque o artigo 2º fala nos Poderes da União, elencando Executivo, Legislativo e Judiciário.

No âmbito dos Estados também há os três Poderes.

Agora, fique atento a duas coisas: a primeira, no sentido de que o TJDF é organizado e mantido pela União, e não pelo DF. Ainda, a autonomia do DF é parcialmente tutelada pela União, exatamente porque ela organiza e mantém, além do TJDF, também o MPDF, a PCDF, a PMDF e o CBMDF.

A segunda, para lembrar que os municípios não têm Judiciário, Ministério Público ou Defensoria Pública. Neles, há apenas os Poderes Executivo e Legislativo.

**Mas, professor, aqui na minha cidade tem um Fórum...**

É possível que sim, pequeno gafanhoto. Acontece que esse fórum pertence ao TJ (Poder Judiciário Estadual) ou é alguma Vara Federal, do Trabalho etc. (Poder Judiciário da União).

Feitas essas considerações, a resposta esperada está na letra c.

**QUESTÃO 6**

(TJ-PR/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2019) É fundamento da República Federativa do

Brasil

- a) a erradicação da pobreza.
- b) a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.
- c) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) a forma democrática de Estado.
- e) a dignidade da pessoa humana.

**Letra e.**

Vamos por exclusão?

As alternativas a, b e c representam objetivos fundamentais, previstos no artigo 3º da CF.

Por sua vez, o Brasil adota a forma federativa de Estado e o regime democrático de governo.

Ou seja, a letra d troca as bolas, estando errada.

Finalmente, segundo o art. 1º da CF/1988, o princípio da dignidade da pessoa humana está inserido no rol de fundamentos da RFB:

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Sobre o tema, destaco que a dignidade da pessoa humana funciona como metaprincípio, supraprincípio, princípio-matriz, verdadeira base que guia toda a CF, dentro do que a doutrina

convencionou chamar de neoconstitucionalismo. O STF entende, inclusive, que a DPH guarda íntima relação com a busca da felicidade (STF, RE 477.544).

**Obs.:** Sempre é bom lembrar ao amigo concurseiro que as bancas organizadoras têm cobrado, cada vez mais, conhecimentos referentes aos julgamentos do STF e do STJ.

Em muitos casos, uma parte da decisão judicial é colocada na questão, o que acaba 'complicando a vida' dos candidatos, principalmente pelo vocabulário mais rebuscado, distante das palavras usualmente empregadas na comunicação verbal.

Ilustrativamente, lembro alguns julgados relevantes, do STF, nos quais se destacou a dignidade da pessoa humana. No primeiro, cuidou-se do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo (uniões homoafetivas), enquanto no segundo se discutia a possibilidade de pesquisas com células-tronco embrionárias (STF, ADIs 4.177 e 3.510).

A dignidade da pessoa humana foi invocada pelo STF ao afirmar que o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa. Ou seja, a pessoa que se identificar como transgênero pode alterar os seus registros civis diretamente no cartório (via administrativa) ou pela via judicial, mesmo sem se submeter à cirurgia de redesignação sexual (STF, RE n. 670.422).

Também a questão da proibição de uso indiscriminado de algemas, tratado na Súmula Vinculante n. 11, girou em torno exatamente da proteção da DPH dos presos.

Aliás, por falar em presos, em dignidade da pessoa humana e em súmula vinculante, o STF entendeu que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso (STF, Súmula Vinculante n. 56).

Já que mencionei a treva que é o sistema carcerário, há uma expressão meio diferente que você precisa saber, pois ela pode visitá-lo(a) nas provas: refiro-me ao Estado de Coisas Inconstitucional (ECI).

O professor Dirley da Cunha Jr leciona que essa expressão nasceu em decisões da Corte Constitucional da Colômbia, por conta da constatação de violações generalizadas, contínuas e sistemáticas de direitos fundamentais.

O reconhecimento do ECI busca a construção de soluções diante de um quadro de grave violação de direitos de populações vulneráveis em virtude de omissões do poder público.

Aqui no Brasil, esse Estado de Coisas Inconstitucional foi reconhecido pelo STF ao julgar a Medida Cautelar na ADPF n. 347. O caso dizia respeito à crise do sistema carcerário brasileiro. O Tribunal apontou violações graves, generalizadas e sistemáticas de direitos fundamentais da população carcerária.

Em consequência, ao deferir a cautelar, o STF tomou duas medidas práticas, quais sejam: a) proibir o Poder Executivo de contingenciar (bloquear) valores disponíveis no Fundo Penitenciário Nacional; e b) determinou que juízes e Tribunais passassem a realizar audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária, num prazo de 24 horas após a prisão.

Aliás, foi assim que se implantaram no Brasil as audiências de custódia, que já eram previstas no Pacto de São José da Costa Rica, norma incorporada com status supralegal.

A decisão do STF, sem dúvidas, buscava, de um lado, reduzir o número de presos provisórios (antes de sentença) e, de outro lado, melhorar as condições carcerárias, ante a maior verba pública destinada ao sistema. Tudo, no fim das contas, visando o respeito à dignidade da pessoa humana.

Portanto, a letra e é o gabarito da questão.

---

**QUESTÃO 7** (SEFAZ-RS/AUDITOR/2019) À luz do disposto na CF, assinale a opção correta no que se refere aos princípios fundamentais da CF.

**a)** O Legislativo, o Executivo e o Judiciário — poderes independentes e harmônicos entre si, integrantes da República Federativa do Brasil — não estão sujeitos ao princípio da indissolubilidade do vínculo federativo.

**b)** A República Federativa do Brasil é composta pela união entre os estados federados, municípios e o Distrito Federal, não podendo ser nem mesmo objeto de deliberação uma proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa.

- c) A independência nacional como princípio significa a manifestação da soberania na ordem interna com superioridade a todas as demais manifestações de poder em âmbito global.
- d) A solução pacífica dos conflitos é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são poderes harmônicos e preservam o equilíbrio no exercício das funções estatais essenciais, coibindo o sistema de freios e contrapesos.

**Letra b.**

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Isso significa que não se permite a secessão (separação).

Caso algum dos entes federados tente deixar a Federação, ele sofrerá intervenção, federal (União em estado ou no DF) ou estadual (estado em município). Alguns doutrinadores, dentre os quais o professor Gilmar Mendes, defendem que os Princípios Fundamentais (Título I da CF 88) são considerados cláusulas pétreas implícitas.

De qualquer forma, no art. 60 da CF estão as chamadas cláusulas pétreas, entre elas está a forma federativa de estado.

Assim, a letra b é a resposta esperada, já que, como cláusula pétrea, a forma federativa de estado não pode ser objeto de deliberação de EC.

Agora que já dei a resposta esperada vou falar o erro das demais.

**a) Errada**, porque os Poderes da União devem guardar o princípio da indissolubilidade do vínculo.

**c) Errada**. O conceito de soberania envolve “o Brasil para fora”, ou seja, a relação com outros Países. No âmbito interno, temos a autonomia tríplice (financeira, administrativa e política).

**d) Errada**. O erro da letra d está no fato de que a solução pacífica dos conflitos é um princípio nas relações internacionais (artigo 4º), e não um objetivo fundamental (artigo 3º).

**e) Errada**. Finalmente, coibir significa impedir. Ao contrário do que foi dito, nós adotamos o sistema de freios e contrapesos, desenvolvido inicialmente por Montesquieu.

**QUESTÃO 8** (PGE-PE/NÍVEL SUPERIOR/2019) A cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa encontram-se entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.

**Certo.**

A questão está correta conforme a literalidade do art. 1º da CF:

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Veja, então, que o bom e velho mnemônico SO-CI-DI-VA-PLU continua resolvendo inúmeras questões relativas aos princípios fundamentais, em especial, aos fundamentos e aos objetivos de nossa República.

Logo, o item está certo.

**QUESTÃO 9** (TJDFT/CARTÓRIOS/2019) É fundamento da República Federativa do Brasil

- a) a dignidade da pessoa humana.
- b) o desenvolvimento nacional.
- c) a independência nacional.
- d) a erradicação da pobreza.
- e) a solidariedade.

**Letra a.**

A resposta esperada está na letra a.

Primeira coisa: lembre-se de que a DPH está prevista expressamente na CF. Essa indagação é comum nas provas, sempre acompanhada da expressão “embora seja de grande importância, a DPH não está prevista de modo expresse...”.

Mais que isso: ela funciona como metaprincípio, supraprincípio, princípio-matriz, verdadeira base que guia toda a CF, dentro do que a doutrina convencionou chamar de neoconstitucionalismo. O STF entende, inclusive, que a DPH guarda íntima relação com a busca da felicidade (STF, RE 477.544).

**Obs.:** Sempre é bom lembrar ao amigo concurseiro que as bancas organizadoras têm cobrado, cada vez mais, conhecimentos referentes aos julgamentos do STF e do STJ.

Em muitos casos, uma parte da decisão judicial é colocada na questão, o que acaba 'complicando a vida' dos candidatos, principalmente pelo vocabulário mais rebuscado, distante das palavras usualmente empregadas na comunicação verbal.

Ilustrativamente, lembro dois julgados relevantes, do STF, nos quais se destacou a dignidade da pessoa humana. No primeiro se cuidou do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo (uniões homoafetivas), enquanto no segundo se discutia a possibilidade de pesquisas com células-tronco embrionárias (STF, ADIs 4.177 e 3.510).

Também a questão da proibição de uso indiscriminado de algemas, tratada na Súmula Vinculante n. 11, girou em torno exatamente da proteção da DPH dos presos.

Foi com base no fundamento da livre iniciativa, que também é um dos princípios da atividade econômica, que o STF entendeu a inconstitucionalidade de leis municipais que proibiam o serviço de transporte por aplicativo – UBER, 99 POP, Cabify etc. (STF, ADPF 449).

#### QUESTÃO 10

(TJDFT/CARTÓRIOS/2019) O Estado brasileiro deve obediência irrestrita à própria Constituição, mas, ainda assim, assumiu, nos termos desse estatuto político, o compromisso de reger-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio da

- a) prevalência dos direitos humanos.
- b) erradicação de todas as formas de discriminação.
- c) dignidade da pessoa humana.
- d) redução das desigualdades regionais.
- e) inviolabilidade do direito à segurança.



**Letra a.**

**b) Errada; c) Errada; d) Errada.** Começando por exclusão, a letra c trata de um fundamento e as letras b e d dizem respeito a objetivos internos.

**e) Errada.** Por sua vez, a letra e está inserida no *caput* do artigo 5º da Constituição.

**a) Certa.** Sobra como resposta correta a letra a, uma vez que o artigo 4º da CF cita a prevalência dos direitos humanos como princípio nas relações internacionais. Aliás, veja o rol completo:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Retomando, a resposta esperada está na letra a.

#### QUESTÃO 11

(MPE-PI/TÉCNICO/2018) A defesa da paz e a solução pacífica de conflitos são fundamentos da República Federativa do Brasil.

**Errado.**

A questão está errada, pois, segundo o art. 4º, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos são princípios que regem as relações internacionais.

Vamos conferir o rol dos princípios? Veja:

**Art. 4º** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;

- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;  
IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;  
X – concessão de asilo político.
- 

**QUESTÃO 12** (IPHAN/AUXILIAR/2018) São princípios da República Federativa do Brasil, dentre outros, a defesa da paz, da igualdade entre estados e da prevalência dos direitos humanos.

**Certo.**

Antes de responder à questão devemos lembrar que os princípios fundamentais abrangem os arts. 1º (fundamentos), 2º (separação de poderes), 3º (objetivos fundamentais) e 4º (princípios que regem as relações internacionais).

Logo, como a defesa da paz, a igualdade entre os estados e a prevalência dos direitos humanos fazem parte do rol do art. 4º, portanto, são princípios da República Federativa do Brasil. Assim, o item está certo.

---

**QUESTÃO 13** (IPHAN/AUXILIAR/2018) No Brasil, as proibições constitucionais de tortura e tratamento desumano decorrem do fundamento da dignidade da pessoa humana.

**Certo.**

O Brasil se constitui Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

A dignidade da pessoa humana funciona como metaprincípio, supraprincípio, princípio-matriz, verdadeira base que guia toda a CF, dentro do que a doutrina convencionou chamar de neo-constitucionalismo.

Avançando, o art. 5º estabelece que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Tal regra tem relação direta com a dignidade da pessoa humana, o que deixa o item certo.

Aliás, a própria Súmula Vinculante n. 11, que restringe o uso de algemas a situações excepcionais, está baseada exatamente na proteção à dignidade da pessoa humana. Falando na súmula, lembre-se do mnemônico PRF, porque as algemas podem ser usadas nos casos de perigo, resistência e fuga.

**QUESTÃO 14** (PCMA/INVESTIGADOR/2018) Acerca dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

- I – O poder que emana do povo será exercido somente por meio de seus representantes eleitos.
- II – O Brasil rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da intervenção e da negativa de asilo político.
- III – São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.
- IV – A República Federativa do Brasil visa à formação de uma comunidade latino-americana de nações por meio da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

**Letra c.**

Começarei analisando os itens incorretos.

**I – Errado.** O item I está errado, pois, segundo o Art. 1º, § único, da CF, todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.

**II – Errado.** O item II também está errado, pois, segundo art. 4º, são princípios que regem as relações internacionais a não intervenção e a concessão de asilo político.

**II – Certo; IV. Certo.** Conforme o Art. 3º e o Art. 4º, parágrafo único, da CF:

**Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**Art. 4º** Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

**QUESTÃO 15** (TCE-PB/AGENTE/2018) De acordo com os princípios fundamentais estabelecidos na CF, assinale a opção que apresenta, respectivamente, as formas de Estado e de governo adotadas no Brasil.

- a) Federação e República
- b) Federação e presidencialismo
- c) presidencialismo e República
- d) República e Federação
- e) República e presidencialismo

**Letra a.**

O nome oficial de nosso país é República Federativa do Brasil. Ele já diz muito, pois adianta a nossa forma de governo e de Estado.

Sistematizando, adotamos a forma **federativa** de Estado, o sistema **presidencialista** de governo, a forma **republicana** de governo e o regime **democrático** de governo.

Avançando, a República é uma **forma de governo** que tem as características de eletividade, temporariedade e responsabilidade. Ela se contrapõe à Monarquia, cujas características são a hereditariedade, a vitaliciedade, a irresponsabilidade dos governantes (a célebre frase 'O rei não pode errar'), sendo que a sucessão sempre ocorre por membros da mesma família, a escolhida por Deus.

Aqui vai uma curiosidade: credita-se a essa característica (escolha por Deus), a menção ao sangue azul, quando uma pessoa tem origem nobre.

Veja no quadro a seguir as distinções entre elas:

República	Monarquia
Eletividade	Hereditariedade
Temporalidade	Vitaliciedade
Representatividade popular (o povo escolhe seu representante)	Ausência de representatividade popular (o critério para definição do rei é a linhagem familiar)
Responsabilização dos governantes (inclusive por crime de responsabilidade - <i>impeachment</i> )	Inexistência de responsabilidade dos governantes ( <i>the king can do no wrong</i> – o rei não pode errar).

Lembro que a primeira Constituição brasileira (1824) previa a Monarquia como forma de governo. Desde 1891, adotou-se a forma republicana de Governo.

Nos **sistemas de governo**, estudamos o modo em que os Poderes Executivo e Legislativo se relacionam.

No quadro abaixo, eu reuni para você as diferenças centrais entre o Presidencialismo e o Parlamentarismo:

Presidencialismo	Parlamentarismo
Independência entre os Poderes nas funções governamentais.	Regime de colaboração; de corresponsabilidade entre Legislativo e Executivo.
Governantes (executivo e legislativo) possuem mandato certo.	Primeiro Ministro só permanece na chefia de governo enquanto possuir maioria parlamentar.
	Mandato dos parlamentares pode ser abreviado, caso haja a dissolução do parlamento.
Há um só chefe do executivo (presidente ou monarca), que acumula as funções de chefe de estado e chefe de governo.	Chefia do Executivo é dual, já que exercida pelo Primeiro Ministro (chefe de governo), juntamente com o Presidente ou Monarca (chefes de estado).
A responsabilidade do governo é perante o povo.	A responsabilidade do governo é perante o parlamento.

O Brasil, embora tenha por tradição o sistema presidencialista, já teve dois períodos de parlamentarismo: o primeiro na época do Império, com Dom Pedro II – basta lembrar que Dom Pedro II era muito jovem quando assumiu o trono. Assim, houve uma diminuição das atribuições do Príncipe Regente.

O segundo período de parlamentarismo é mais recente (e mais cobrado em provas!). Ele envolveu os anos de 1961-63, exatamente o período que antecedeu o Golpe Militar.

Nesse período, com a renúncia de Jânio Quadros e a assunção de João Goulart (Jango), houve uma nova tentativa de esvaziar os poderes do presidente da República, dividindo-os com o Parlamento. A figura de Primeiro Ministro, nesse período, coube a Tancredo Neves, que mais à frente seria eleito para presidente da República, cargo que não chegou a assumir diante de sua morte por diverticulite.

De acordo com o art. 2º do ADCT, cinco anos após a promulgação da Constituição, seria realizado um plebiscito, a fim de que o povo decidisse qual a forma e sistema de governo que desejavam. À época, **foram mantidas a república e o presidencialismo**.

Já o conceito de **formas de Estado** está relacionado com o modo de exercício do poder político em função do território de uma Nação. São três as formas de Estado: Unitário, Federado e Confederado.

No **Estado Unitário**, existe um único centro de poder político no país. Esse poder central pode optar por exercer suas atribuições de maneira centralizada (Estado unitário puro), ou descentralizada (Estado unitário descentralizado administrativamente).

Nos dias atuais, prevalece a figura dos Estados unitários descentralizados. Vale lembrar que mesmo nesse caso a autonomia não será ampla, como ocorre com a Federação.

No Estado federado, o poder político é repartido entre diferentes esferas de governo. Ocorre, assim, uma descentralização política, a partir da **repartição de competências** (repartição de poder).

Normalmente, existe um órgão central e órgãos regionais (os Estados). Em nosso país, há, além do órgão central (União) e dos órgãos regionais (Estados), a figura dos Municípios, que seriam órgãos locais. Ressalte-se que **todos os entes federados possuem autonomia, mas nenhum deles possui soberania – ela é própria da RFB!**

Por sua vez, a confederação tem por característica principal ser formada pela união dissolúvel (possibilidade de separação – secessão) de Estados soberanos. Essas nações se vinculam, normalmente, por meio de tratados internacionais.

A diferença marcante entre federação e confederação é que aquela é formada pela união indissolúvel de entes autônomos, enquanto esta, pela união dissolúvel de Estados soberanos.

Federação	Confederação
Regida por Constituição	Regida por tratado internacional
Vedação ao direito de secessão (separação)	Possibilidade de separação
Entes possuem autonomia	Entes possuem soberania

A primeira Constituição brasileira a optar pela forma federativa de Estado foi a de 1891, que, como vimos, também foi responsável pela modificação da forma de governo, de Monarquia para República.

Em todo esse emaranhado de informações, a única 'coisa' que nosso país nunca foi é Confederação. Isso porque éramos Monarquia e viramos República; éramos Estado Unitário e mudamos para Federação; e já fomos Parlamentarismo, mas hoje optamos pelo Presidencialismo! Logo, a letra a está correta.

---

**QUESTÃO 16** (TCE-PB/AUDITOR/2018) A afirmação de que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, nos termos da CF, retrata o princípio fundamental da República Federativa do Brasil denominado princípio

- a) da cidadania.
- b) da livre iniciativa.
- c) representativo.
- d) do pluralismo político.
- e) do Estado democrático de direito.

**Letra c.**

Segundo o artigo 1º da CF, temos a afirmação segundo a qual todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos (voto) ou diretamente, nos termos da Constituição. É necessário, então, distinguir titularidade do poder de exercício do poder. O titular do poder sempre será o povo, enquanto o exercício pode ser feito na forma direta ou indireta.

Em razão disso, fala-se que a democracia no Brasil é mista ou semidireta. A Democracia indireta é a regra em nosso ordenamento: os cidadãos votam em seus representantes e estes nos governam e aprovam as leis.

Por outro lado, a democracia direta é a exceção e pode ser exercida por meio do plebiscito (art. 14, I), referendo (art. 14, II) e iniciativa popular de lei (art. 61, § 2º).

Como você viu, o princípio representativo é aquele da democracia indireta, o que torna a letra c gabarito da questão.

---



**QUESTÃO 17**

(TRE-TO/TÉCNICO/2017) Em determinado seminário sobre os rumos jurídicos e

políticos do Oriente Médio, dois professores debateram intensamente sobre a atual situação política da Síria. Hugo, professor de relações internacionais, defendeu que o Brasil deveria realizar uma intervenção militar com fins humanitários. José, professor de direito constitucional, argumentou que essa ação não seria possível conforme os princípios constitucionais que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Nessa situação hipotética, com base na Constituição Federal de 1988 (CF),

- a) Hugo está correto, pois a intervenção humanitária é um dos princípios constitucionais que rege as relações internacionais do Brasil.
- b) José está correto, pois a não intervenção e a solução pacífica dos conflitos são princípios constitucionais que orientam as relações internacionais do Brasil.
- c) Hugo está errado, pois a defesa da paz e dos direitos humanos não são princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil.
- d) Hugo está correto, pois a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos constitucionais do estado brasileiro e uma das causas que autorizam a intervenção militar do Brasil em outros Estados soberanos.
- e) José está errado, pois a declaração de guerra é ato político discricionário e unilateral do presidente da República, não estando sujeito a limites jurídicos.

**Letra b.**

O noticiário veicula problemas variados envolvendo alguns países do Mundo, como é o caso da Síria ou da Venezuela. É comum ouvir queixas da população, questionando o motivo de o Brasil ou outros países não intervirem.

Isso acontece exatamente por conta do princípio da não intervenção, constante no artigo 4º da Constituição.

Em consequência, José está certo em sua fala, o que torna a letra b a resposta esperada.

**QUESTÃO 18** (TRE-TO/TÉCNICO/2017) Quanto à forma, o Estado brasileiro é classificado como

- a) democrático, embasado no princípio da igualdade.
- b) republicano, fundamentado na alternância do poder.
- c) republicano, sendo essa forma protegida como cláusula pétrea.
- d) Estado democrático de direito.
- e) federativo, sujeito ao princípio da indissolubilidade.

**Letra e.**

Cuidado para não trocar alhos com bugalhos.

Digo isso porque o Brasil realmente adota a República, mas é como forma de governo. No tocante à forma de Estado, é adotada a Federação. Ela (a federação) pressupõe autonomia dos entes (União, estados, DF e municípios), que não podem se separar. Proíbe-se o direito de secessão, por conta de a união ser indissolúvel.

No caso brasileiro, a Federação foi formada por desagregação ou segregação, pois nasceu de um Estado unitário. É o chamado movimento centrífugo.

Logo, a letra e é o gabarito.

**QUESTÃO 19** (CGM JOÃO PESSOA/AUDITOR/2018) À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir, acerca dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais.

Conforme a CF, o poder emana do povo e é exercido por meio de representantes eleitos, não havendo previsão do exercício do poder diretamente pelo povo.

**Errado.**

A democracia indireta é a regra em nosso ordenamento: os cidadãos votam em seus representantes e estes nos governam e aprovam as leis. Por outro lado, a democracia direta é a exceção e pode ser exercida por meio do plebiscito (art. 14, I), referendo (art. 14, II) e iniciativa popular de lei (art. 61, § 2º).

Portanto, **errado o item** ao afirmar que não há previsão do exercício diretamente pelo povo. Ah, não confunda iniciativa popular de lei (forma de exercício da democracia direta) com ação popular, que é um remédio constitucional.

**QUESTÃO 20**

(PC-SE/DELEGADO DE POLÍCIA/2018) Julgue o item seguinte, relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos e às garantias constitucionais.

Em caso de perigo à integridade física do preso, admite-se o uso de algemas, desde que essa medida, de caráter excepcional, seja justificada por escrito.

**Certo.**

Em respeito à dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (artigo 1º), e à proibição de tratamento cruel, o STF editou a Súmula Vinculante n. 11, segundo a qual só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do AGENTE ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Lembrando que há entendimento do STF no sentido de que a manutenção de algemas durante o plenário do júri é causa de nulidade absoluta do julgamento.

Para melhor assimilar, há o mnemônico PRE quanto às hipóteses justificadoras do uso de algemas, sendo que P vem de perigo à integridade física; R se relaciona aos casos de resistência; e E quanto ao temor de eventual fuga do detido.

Logo, o item está correto.

**QUESTÃO 21**

(CGM JOÃO PESSOA/TÉCNICO/2018) Acerca dos princípios, fundamentos e ob-

jetivos da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A soberania, que consiste em um poder político supremo e independente, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

**Certo.**

A Constituição, em seu art. 1º, inciso I, elenca a soberania como sendo o primeiro fundamento da República Federativa do Brasil, portanto, correto o item.

Contudo, vale apenas transcrever aqui o pedaço de um julgado do STF onde se fala sobre a soberania.

Veja:

O art. 1º da Constituição assenta como um dos fundamentos do Estado brasileiro a sua soberania – que significa o poder político supremo dentro do território, e, no plano internacional, no tocante às relações da República Federativa do Brasil com outros Estados soberanos, nos termos do art. 4º, I, da Carta Magna.

A soberania nacional no plano transnacional funda-se no princípio da independência nacional, efetivada pelo presidente da República, consoante suas atribuições previstas no art. 84, VII e VIII, da Lei Maior.

A soberania, dicotomizada em interna e externa, tem na primeira a exteriorização da vontade popular (art. 14 da CRFB) através dos representantes do povo no parlamento e no governo; na segunda, a sua expressão no plano internacional, por meio do presidente da República. (STF, RCL 11.243).

**QUESTÃO 22**

(CGM JOÃO PESSOA/TÉCNICO/2018) Acerca dos princípios, fundamentos e

objetivos da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A concessão de asilo político é um ato de soberania estatal de competência dos governadores dos estados e aplica-se em virtude de perseguição a estrangeiro praticada por seu próprio país ou por terceiro.

**Errado.**

A concessão de asilo político é um ato de soberania estatal de competência do presidente da República, e não dos governadores dos estados. A concessão de asilo político é motivada pela perseguição por crimes políticos e normalmente é usado para perseguição individualizada. A decisão é uma decisão de caráter política, com a concessão discricionária.

---

**QUESTÃO 23** (CGM JOÃO PESSOA/TÉCNICO/2018) Acerca dos princípios, fundamentos e objetivos da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais constituem objetivos da República Federativa do Brasil expressos na CF.

**Certo.**

O artigo 3º da Constituição enumera os objetivos da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; promover o bem de todos; erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

**DICA**

os objetivos internos sempre começam com verbo no infinitivo. Alerta, no entanto, que algumas bancas examinadoras têm optado pela substantivação dos verbos, no intuito de confundir os candidatos.

Ah, o artigo 3º da Constituição forma o mnemônico CON-GA-PRO-ER-RE (construir, garantir, promover, erradicar e reduzir), enquanto no artigo 1º, ao tratar dos fundamentos, nós teremos o SO-CI-DI-VA-PLU (soberania, cidadania, dignidade, valores e pluralismo).

---

**QUESTÃO 24**

(TCM-BA/AUDITOR/2018) Acerca dos princípios fundamentais previstos na CF,

julgue o item a seguir.

O princípio fundamental da Constituição que consiste em fundamento da República Federativa do Brasil, de eficácia plena, e que não alcança seus entes internos é a soberania.

**Certo.**

A soberania é um princípio fundamental que se relaciona com a República Federativa do Brasil em relação aos demais entes estrangeiros, não alcançando seus entes internos.

No Estado Federado, todos os entes possuem autonomia (financeira, administrativa e política), mas nenhum deles possui soberania – ela é própria da RFB, portanto, correto o item ao afirmar que a soberania não alcança os entes internos.

**QUESTÃO 25**

(PGE-SE/PROCURADOR/2017/ADAPTADA) Quanto à forma, o Estado brasileiro

é classificado como republicano, fundamentado na alternância do poder.

**Errado.**

Cuidado para não trocar alhos com bugalhos. Digo isso porque o Brasil realmente adota a República, mas é como forma de governo. No tocante à forma de Estado, é adotada a Federação. No caso brasileiro, ela foi formada por desagregação ou segregação, pois nasceu de um Estado unitário. É o chamado movimento centrífugo.

**QUESTÃO 26**

(TRT 8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016/ADAPTADA) Julgue o item a

seguir, a respeito dos princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988 (CF).

A dignidade da pessoa humana é conceito eminentemente ético-filosófico, insuscetível de detalhada qualificação normativa, de modo que de sua previsão na Constituição não resulta grande eficácia jurídica, em razão de seu conteúdo abstrato.

**Errado.**

No estágio atual do direito constitucional, permeado pela incidência do Neoconstitucionalismo, a dignidade da pessoa humana (DPH) ganha ainda mais destaque.

Ela é considerada um supraprincípio, metaprincípio, verdadeiro princípio-matriz, de onde se irradiam os demais direitos e garantias.

Obviamente, ela não pode ser entendida de forma absoluta, devendo ser sopesada com os demais direitos da Constituição.

A DPH, ao contrário do que consta em algumas provas, está prevista explicitamente na Constituição, como um dos Fundamentos da RFB (artigo 1º).

Sua aplicação se dá em variados casos, como acontece na restrição ao uso de algemas, na relativização da coisa julgada, permitindo-se que novas ações de investigação de paternidade sejam ajuizadas mesmo décadas depois do trânsito em julgado do processo anterior.

Enfim, a DPH apresenta grande densidade normativa, não estando no mero campo ético-filosófico.

---

**QUESTÃO 27** (TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016/ADAPTADA) A respeito dos princípios fundamentais constantes da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A eletividade e a temporariedade são conceitos inerentes ao princípio republicano extraído da CF.

**Certo.**

A República é uma forma de governo que tem as características de eletividade, temporariedade e responsabilidade. Ela se contrapõe à Monarquia, cujas características são a hereditariedade, a vitaliciedade, a irresponsabilidade dos governantes, sendo que a sucessão sempre ocorre por membros da mesma família, a escolhida por Deus.

Veja no quadro a seguir as distinções entre elas:

República	Monarquia
Eletividade	Hereditariedade
Temporalidade	Vitaliciedade
Representatividade popular (o povo escolhe seu representante)	Ausência de representatividade popular (o critério para definição do rei é a linhagem familiar)
Responsabilização dos governantes (inclusive por crime de responsabilidade - <i>impeachment</i> )	Inexistência de responsabilidade dos governantes ( <i>the king can do no wrong</i> – o rei não pode errar).

Lembro que a primeira Constituição brasileira (1824) previa a Monarquia como forma de governo. Desde 1891, adotou-se a forma republicana de Governo.

Nos sistemas de governo, estudamos o modo em que os Poderes Executivo e Legislativo se relacionam.

No quadro abaixo, eu reuni para você as diferenças centrais entre o Presidencialismo e o Parlamentarismo:

Presidencialismo	Parlamentarismo
Independência entre os Poderes nas funções governamentais.	Regime de colaboração; de corresponsabilidade entre Legislativo e Executivo.
Governantes (executivo e legislativo) possuem mandato certo.	Primeiro Ministro só permanece na chefia de governo enquanto possuir maioria parlamentar.
	Mandato dos parlamentares pode ser abreviado, caso haja a dissolução do parlamento.
Há um só chefe do executivo (presidente ou monarca), que acumula as funções de chefe de estado e chefe de governo.	Chefia do Executivo é dual, já que exercida pelo Primeiro Ministro (chefe de governo), juntamente com o Presidente ou Monarca (chefes de estado).
A responsabilidade do governo é perante o povo.	A responsabilidade do governo é perante o parlamento.

O Brasil, embora tenha por tradição o sistema presidencialista, já teve dois períodos de parlamentarismo: o primeiro na época do Império, com Dom Pedro II – basta lembrar que Dom



Pedro II era muito jovem quando assumiu o trono. Assim, houve uma diminuição das atribuições do Príncipe Regente.

O segundo período de presidencialismo é mais recente (e mais cobrado em provas!). Ele envolveu os anos de 1961-63, exatamente o período que antecedeu o Golpe Militar.

Nesse período, com a renúncia de Jânio Quadros e a assunção de João Goulart (Jango), houve uma nova tentativa de esvaziar os poderes do presidente da República, dividindo-os com o Parlamento. A figura de Primeiro Ministro, nesse período, coube a Tancredo Neves, que mais à frente seria eleito para presidente da República, cargo que não chegou a assumir diante de sua morte por diverticulite.

---

**QUESTÃO 28** (CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO/2014) A respeito de princípios fundamentais e de direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.

A democracia brasileira é indireta, ou representativa, haja vista que o poder popular se expressa por meio de representantes eleitos, que recebem mandato para a elaboração das leis e a fiscalização dos atos estatais.

### **Errado.**

Esse item gerou bastante controvérsia no fórum de dúvidas e não quero que você erre à toa, ok?

É o seguinte: nossa democracia é mista ou semidireta. O erro do item está em fechar o conceito, afirmando que temos democracia brasileira é indireta ou representativa, quando essa é apenas uma das facetas. A outra face é a democracia direta, exercida por meio do plebiscito, referendo e da iniciativa popular de lei.

Sendo ainda mais claro, do artigo 1º da Constituição se extrai a afirmação segundo a qual todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos (voto) ou diretamente, nos termos da Constituição.

É necessário, então, distinguir titularidade do poder de exercício do poder.

O titular do poder sempre será o povo, enquanto o exercício pode ser feito na forma direta ou indireta. Em razão disso, fala-se que a democracia no Brasil é mista ou semidireta.

A Democracia indireta é a regra em nosso ordenamento: os cidadãos votam em seus representantes e estes nos governam e aprovam as leis.

Outro ponto importante: o voto direto, secreto, universal e periódico é uma das cláusulas pétreas, previstas no artigo 60 da Constituição. No entanto, a obrigatoriedade do voto não está dentro das cláusulas pétreas. É possível transformar o voto e o alistamento facultativos, desde que a alteração seja feita via emenda à Constituição.

Por outro lado, a democracia direta é a exceção e pode ser exercida por meio do plebiscito (art. 14, I), do referendo (art. 14, II) e da iniciativa popular de lei (art. 61, § 2º).

**QUESTÃO 29**

(INSTITUTO RIO BRANCO/DIPLOMATA/2015) A respeito do processo legislativo e dos direitos e garantias fundamentais, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, julgue (C ou E) o item subsequente.

A concessão de asilo político a estrangeiro é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, mas, como ato de soberania estatal, o Estado brasileiro não está obrigado a realizá-lo.

**Certo.**

O tema relativo à concessão de asilo político é muito frequente em provas de concursos, tanto que questão similar foi cobrada no ano de 2018.

Num primeiro momento, é importante destacar que o asilo político realmente é ato soberano, concedido ou não em juízo discricionário pelo Estado brasileiro – como destacado na questão.

Assim, ultrapassado esse ponto, veja o quadro que preparei sobre as diferenças entre o asilo e o refúgio:

Diferença entre asilo e refúgio político	
Asilo político	Refúgio político
É motivado pela perseguição por crimes políticos.	É motivado pela perseguição de natureza política, religiosa, racial, de nacionalidade ou de grupo social.
Normalmente é usado para perseguição individualizada.	Necessidade de proteção atinge número elevado de pessoas, tendo a perseguição aspecto mais generalizado
Decisão de caráter político, com a concessão discricionária.	Ato administrativo de caráter vinculado,

No caso envolvendo o julgamento do ativista italiano Cesare Battisti, o Ministério da Justiça havia concedido refúgio político, o que se apresentava como impedimento ao pedido de extradição formulado pela Itália.

No referido julgamento, o STF entendeu, num primeiro momento, que o deferimento de refúgio político é um ato administrativo vinculado, e que na hipótese não havia correspondência entre os motivos declarados para a concessão do benefício e o suporte legal que autorizava o refúgio. Em consequência, afastou o refúgio.

Com isso, era possível a análise da pretensão de extradição. Quanto a este pedido, o Tribunal pontuou que o presidente da República não possuiria discricionariedade na decisão de extradição – ou não – de estrangeiros, devendo observar as disposições porventura constantes em tratados internacionais celebrados com outros países. Ou seja, o Presidente estaria vinculado ao tratado internacional, se existente (STF, EXT 1.085).

Nessa ocasião, o STF disse que o caso envolvia crimes complexos (misto de crime comum e político), mas que prevalecia a natureza comum das infrações, o que autorizaria a extradição. Como é de conhecimento notório, o então Presidente Lula negou o pedido de extradição, invocando uma das exceções previstas no acordo internacional firmado entre o Brasil e a Itália.

Contra essa decisão, o governo italiano acabou reclamando junto ao STF, alegando descumprimento da decisão do Tribunal. No entanto, acabou prevalecendo a tese de que a Itália não teria legitimidade para contestar um ato de soberania emanado do presidente da República, mantendo Cesare Battisti no País (STF, RCL 11.243).

Por sua vez, na vigência do mandato do Presidente Temer, houve nova análise da questão, sendo deferida a extradição. No entanto, por meio de liminar concedida pelo Ministro Luiz Fux, Battisti foi mantido no Brasil (STF, RCL 29.066).

Em mais um capítulo da novela, no final de 2018 o Ministro Luiz Fux cassou a liminar e autorizou a extradição, determinando a prisão do italiano. O fundamento foi no sentido de que o presidente da República teria legitimidade para entender de modo diverso do Chefe de Estado anterior, sendo válida a determinação de extraditar.

Já em janeiro de 2019, Battisti foi capturado quando se encontra na Bolívia, sendo efetivamente extraditado para a Itália.

Por oportuno, é importante lembrar que o outro país, quando solicita a extradição, compromete-se a não aplicar uma das penas aqui proibidas. O destaque é relevante, uma vez que Battisti teria sido condenado à prisão perpétua na Itália pelos quatro crimes de homicídio que teria praticado ou participado.

Aproveitando que falei sobre extradição, a Súmula n. 421 do STF diz que não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro.

---

**QUESTÃO 30** (TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016/ADAPTADA) A respeito dos princípios fundamentais constantes da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Em decorrência do princípio federativo, há relação de hierarquia entre a União e os demais entes integrantes da Federação.

**Errado.**

Dentro de uma Federação, Forma de Estado adotado no Brasil desde 1.891, não se verifica qualquer relação de sobreposição de um Ente sobre o outro.

O que existe é a repartição de competências, atribuindo a cada um dos Entes tarefas determinadas.

Exemplificando, cabe à União legislar sobre assuntos de interesse nacional; aos Estados, incumbe a missão de legislar acerca de temas de interesse regional; os Municípios, por sua vez, tratam dos assuntos de interesse local; por fim, o DF acumula as competências estaduais e municipais.

Dentro dessa lógica, igualmente não se fala em relação de hierarquia entre leis federais, estaduais ou municipais (outra pergunta recorrente nas provas). O que há, novamente, é a repartição de competências.

Desse modo, pode uma lei estadual invadir competência da União, sendo declarada inconstitucional, assim pode ocorrer exatamente o contrário (primeiro caso: lei estadual que trate sobre direito do trabalho, assunto de competência privativa da União; segundo caso: lei federal que trate sobre região metropolitana de determinado estado).

Ainda, pode uma lei federal ser declarada inconstitucional por tratar de tema cuja competência pertença aos Municípios (ex: legislar sobre tempo de espera em filas de bancos e de CARTÓRIOS).

Por fim, não posso deixar de mencionar que a União acumula mais tarefas (competências) do que os demais Entes, exatamente pelo surgimento da Federação, por segregação ou desagregação.

Além disso, lembre-se de que a União representa o Brasil externamente, em razão de o presidente da República, Chefe do Executivo na esfera federal, acumular as funções de Chefe de Estado e de Governo.

**QUESTÃO 31**

(TJ-DFT/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) Julgue o item seguinte, a respeito dos princípios fundamentais e das funções essenciais à justiça.

As defensorias públicas dos estados são vinculadas ao Poder Executivo por meio das secretarias de estado de justiça, sendo a autonomia prevista apenas para a Defensoria Pública da União.

**Errado.**

Esse tema tem repercutido em várias provas de concursos. Por vezes, aparece relacionado aos Princípios Fundamentais (artigos 1º a 4º), mas é mais frequente ser cobrado dentro das Funções Essenciais à Justiça (artigos 127 a 135).

Seja como for, é importante destacar uma linha do tempo: a EC 45/04 atribuiu às Defensorias Estaduais (DPEs) a Autonomia AFO (administrativa, funcional e orçamentária).

Mais tarde, a EC 74/13 estendeu essa mesma autonomia à DPU e à DPDF. Ah, o Presidente da República questionou no STF a autonomia da DPU, mas o Tribunal confirmou a constitucionalidade da Emenda.

Ou seja, pode-se afirmar que as Defensorias Públicas (todas elas!) possuem autonomia, não se inserindo dentro da estrutura de nenhum dos outros Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Aliás, a situação delas é semelhante à do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. Ocorre que um governador, ao receber o orçamento que havia sido elaborado pela Defensoria daquele Estado dentro dos limites da LDO, além de promover cortes de forma indevida (o Executivo só pode cortar se o orçamento estiver fora dos limites), ainda inseriu a Defensoria dentro da estrutura da Secretaria de Justiça, que é subordinada ao Governador (Executivo). Em resumo, errou duas vezes (STF, ADPF 307).

**QUESTÃO 32** (TRE-RS/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015/ADAPTADA) No que se refere aos princípios e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Com base no princípio da dignidade da pessoa humana, o ordenamento jurídico brasileiro restringe o uso de algemas no país.

**Certo.**

A SV n. 11, utilizada para fundamentar a restrição ao uso de algemas, se baseia exatamente no princípio da dignidade da pessoa humana. Isso porque seria degradante o uso desenfreado delas. Alegou-se uma espécie de pirotecnia das ações policiais, especialmente da PF, expondo os presos.

Na ocasião, acabou prevalecendo a ideia segundo a qual o uso das algemas é excepcional, autorizado apenas quando houvesse a necessidade de preservação da segurança dos envolvidos na prisão e também do próprio preso.

**QUESTÃO 33** (TRT 8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2013/ADAPTADA) Acerca dos princípios fundamentais da CF, julgue o item a seguir.

Ao estabelecer que os poderes são independentes entre si, a CF instituiu o sistema de pesos e contrapesos, em que o exercício de cada poder constituído se dá de forma exclusiva, a fim de garantir independência e assegurar o princípio da separação dos poderes.

**Errado.**

Dentro da ideia da tripartição de Poderes de Montesquieu, incidiria o sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*). Ele visaria garantir a independência e harmonia entre os poderes. Esse sistema atribui a cada Poder uma função principal, denominada típica e outras secundárias, chamadas de atípicas. Há uma espécie de controle recíproco, de modo que nenhum Poder se sobreponha ao outro.

Vou usar dois exemplos para ilustrar: o primeiro é o mais cobrado nas provas de concursos. Os Ministros do STF (órgão máximo do Judiciário) são escolhidos pelo presidente da Repú-

blica (Executivo). Após, o nome deve ser aprovado pelo Senado Federal, que age em nome do Legislativo.

O segundo exemplo: uma lei que conceda reajustes salariais aos servidores da Câmara dos Deputados (Legislativo), depois de aprovada pelo Congresso Nacional, deve ser submetida à sanção/veto (Executivo). Ainda que seja sancionada, promulgada e publicada, ela pode ser objeto de questionamentos perante o Judiciário, que terá a prerrogativa de declará-la inconstitucional.

**QUESTÃO 34**

(FUB/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2015) Julgue o item a seguir, a respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e dos fundamentos da República Federativa do Brasil. O pluralismo político, fundamento da República Federativa do Brasil, é pautado pela tolerância a ideologias diversas, o que exclui discursos de ódio, não amparados pela liberdade de manifestação do pensamento.

**Certo.**

Dentro das Classificações das Constituições há uma distinção quanto à ideologia. Nesse aspecto, a Constituição pode ser ortodoxa (reflete apenas um pensamento ideológico) ou eclética (fruto da conjunção entre diferentes ideologias de um Estado).

Digo isso para pontuar que nossa Constituição é eclética, tolerando a existência de diversas ideologias. No entanto, não há espaço para defender ideologias baseadas em discursos de ódio (*hate speech*), de intolerância, seja religiosa ou de outras vertentes. Não são permitidas manifestações neonazistas, apologias à homofobia, à xenofobia, ao antissemitismo etc.

É possível, inclusive, traçar um paralelo com o artigo 4º da Constituição, quando diz ser Princípio nas Relações Internacionais o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Nesse particular, o primeiro ponto a ser destacado é que o artigo 5º menciona ser o racismo crime inafiançável, imprescritível e sujeito a pena de reclusão.

Imprescritível significa que o Estado nunca perde o direito de punir o criminoso, mesmo que se passem vários anos.



Há um caso julgado pelo STF no ano de 2004, mas que até hoje continua caindo com muita frequência em provas de concursos. O que aconteceu foi que um autor resolveu escrever um livro ofensivo aos judeus. Em sua defesa, afirmou que não havia praticado racismo, tendo a conduta sido alcançada pela prescrição.

No entanto, o Tribunal decidiu que:

Escrever, editar, divulgar e comercializar livros 'fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias' contra a comunidade judaica (Lei n. 7.716/1989, artigo 20, na redação dada pela Lei n. 8.081/1990) constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade. (HC n. 82.424, STF).

Nesse julgamento, equiparou-se ao racismo práticas de antissemitismo e antissionismo. Assim, todas foram consideradas imprescritíveis.

Tem mais: também se inserem dentro da figura do racismo social as condutas de homofobia e transfobia. Foi o que decidiu o STF ao acolher os pedidos formulados na ADO n. 26 e no MI n. 4.733. Assim, até que seja editada lei formal regulando a matéria, atos de homofobia e de transfobia contra a comunidade LGBTQ+ são equiparados ao racismo.

Nos polêmicos julgamentos, o relator da ADO, ministro Celso de Mello, reconheceu o estado de mora inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei de proteção penal aos integrantes do grupo LGBTQ+.

Houve muitas críticas às decisões, com fundamento na possível violação do princípio da legalidade, uma vez que, no Direito Penal, não há crime sem lei anterior que o defina.

Agora vem a cereja do bolo: tradicionalmente, uma das principais diferenças entre o crime de racismo e a injúria racial estava no fato de apenas o primeiro ser imprescritível.

Pois é, mas num julgado recente, envolvendo dois jornalistas de renome – Paulo Henrique Amorim (já falecido) e Heraldo Pereira –, o STF confirmou entendimento do STJ, reconhecendo a imprescritibilidade também da injúria racial.

No episódio, Paulo Henrique Amorim teria dito que Heraldo Pereira seria "um preto de alma branca" e que não teria nenhum atributo maior para justificar o seu sucesso, exceto a cor de sua pele e o fato de ter origem humilde.

Então, para as provas, leve a orientação segundo a qual o racismo e a injúria racial são considerados imprescritíveis, nunca se perdendo a possibilidade de o Estado punir o infrator.

Avançando, é fato que o pluralismo político está entre os fundamentos da RFB, conforme artigo 1º da Constituição.

Assim, o item está certo.

---

**QUESTÃO 35** (TRT 8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2013/ADAPTADA) Acerca dos princípios fundamentais da CF, julgue o item a seguir.

Preocupado com o avanço das atividades de grupos extremistas e com a intenção de proteger a população, o constituinte originário alçou o repúdio ao terrorismo a objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

**Errado.**

Realmente existe a intenção de proteger a população, e que realmente há a preocupação com o avanço de atividades de grupos extremistas. No entanto, a afirmação de repúdio ao terrorismo e ao racismo é um Princípio nas Relações Internacionais (artigo 4º) e não um Objetivo da RFB (artigo 3º).

Tome muito cuidado com as provas do CESPE. Os examinadores são mestres em lançar afirmações verdadeiras, baseadas em dados coerentes, mas associam a outro princípio ou classificação, tornando o item falso.

---

**QUESTÃO 36** (TCU/AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO/2015) Julgue o item seguinte, a respeito dos órgãos de fiscalização e controle instituídos pela CF.

A despeito do seu papel constitucional de **auxiliar** o Poder Legislativo, o TCU não depende de autorização ou provocação desse poder para exercer suas atribuições constitucionais, podendo exercê-las até mesmo contra ele.

**Certo.**

O Tribunal de Contas da União atua como **auxiliar** do Congresso Nacional, mas mantém autonomia e ausência de subordinação hierárquica (STF, ADI 4.190).

Além disso, o STF também entende ser inconstitucional norma estadual que afaste a atuação fiscalizadora do Tribunal de Contas sobre o próprio Poder Legislativo.

---

**QUESTÃO 37**

(INSTITUTO RIO BRANCO/DIPLOMATA/2015) No que diz respeito à organização dos poderes, ao princípio da legalidade e ao controle dos atos administrativos, julgue (C ou E) o seguinte item.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 reservar a primazia da função legislativa ao Poder Legislativo, ela não lhe concedeu o monopólio dessa função, tendo sido estabelecidas outras fontes normativas primárias tanto no Executivo quanto no Judiciário.

**Certo.**

As funções principais (típicas) do Legislativo são de legislar e de fiscalizar. Porém, dentro da ideia de incidência do sistema de freios e contrapesos, bem assim da realização de todas as funções, ainda que secundariamente pelos outros Poderes, não se pode falar em exclusividade na atividade legislativa.

Exemplificando, o Poder Judiciário também desempenha essa tarefa ao elaborar seu Regimento Interno.

Há mais: o Executivo, pensando apenas nos atos normativos primários, edita Medidas Provisórias, Leis Delegadas e também os Decretos Autônomos (artigo 84, VI). Aliás, as hipóteses autorizadoras da elaboração de Decretos Autônomos são exaustivamente cobradas pelas Bancas, em especial, o CESPE.

---

**QUESTÃO 38**

(PC-PE/AGENTE DE POLÍCIA/2016/ADAPTADA) Julgue o item acerca dos prin-

cípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.

Em casos de profunda degradação da dignidade humana em determinado Estado, o princípio fundamental internacional da prevalência dos direitos humanos sobrepõe-se à própria soberania do Estado.

**Certo.**

É sempre bom lembrar que não existe direito absoluto em nosso ordenamento. Veja que mesmo o direito à vida pode ser sacrificado, em caso de guerra declarada.

Quando trata dos princípios nas relações internacionais, a Constituição aponta um leque variado, destacando aqui o respeito à soberania, à independência e à não intervenção.

Contudo, essa atuação mais reservada, não intervencionista, pode ceder espaço à prevalência dos direitos humanos.

Aplica-se, na solução desse aparente choque entre normas constitucionais, a máxima da ponderação de interesses. Ou seja, a depender da grave situação de comprometimento dos direitos humanos em um país, poderia o Brasil adotar medidas mais enérgicas.

**QUESTÃO 39**

(PC-GO/DELEGADO DE POLÍCIA/2017/ADAPTADA) Julgue o item a seguir,

a respeito da organização dos poderes e do sistema de freios e contrapesos no direito constitucional pátrio.

A atividade legislativa e a de julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade são funções típicas do Poder Legislativo.

**Errado.**

Julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade (impeachment) é atuação do Legislativo de maneira atípica.

Aliás, é inegável a importância do tema, especialmente diante do recente julgamento da Ex-Presidente Dilma Rousseff.

Como você pode vivenciar, no impeachment, cabe à Câmara dos Deputados autorizar a abertura de processo contra o Presidente, exigindo-se o quórum mínimo de 2/3 de votos.

Dada a autorização, o Senado passará a processar e julgar. A condução desse processo é feita sob a tutela do Presidente do STF, que preside o Senado Federal ao longo da instrução e também na sessão de julgamento que pode resultar na perda do cargo e na inabilitação pelo prazo de 8 (oito) anos.

Vou mostrar um quadro que fiz comparando funções típicas e atípicas de cada um dos Poderes:

Poder	Função típica	Funções atípicas
Executivo	Administrar (executar)	1 <i>legislar</i> : por exemplo, ao editar uma medida provisória ou um decreto autônomo. 2 <i>julgar</i> : julgamentos feitos pelo CADE acerca da possível formação de cartéis ou outras formas de violação da concorrência. Ainda, os julgamentos feitos pelo CARF, órgão envolvido na Operação Zelotes.
Judiciário	Julgar	1 <i>legislar</i> : elaboração de Regimentos Internos. 2 <i>administrar</i> : 'cuidar' de seus servidores. Ex.: conceder férias.
Legislativo	Legislar e fiscalizar	1 <i>julgar</i> : processar e julgar as autoridades indicadas pela CF/1988 (art. 52). Ex.: Pres. da República. 2 <i>administrar</i> : 'cuidar' de seus servidores. Ex.: concessão de horas extras.

**QUESTÃO 40** (TCE-PB/PROCURADOR/2014/ADAPTADA) Acerca dos princípios fundamentais, assinale a opção correta com base na jurisprudência do STF.

A República Federativa do Brasil constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

**Errado.**

Vou lembrar a você os mnemônicos que vão ajudá-lo a não trocar as bolas em matéria de princípios fundamentais, especialmente no tocante aos Fundamentos e aos Objetivos. Vamos a eles:

Fundamentos da RFB (artigo 1º): SO – CI – DI – VA – PLU (Soberania; Cidadania; Dignidade da pessoa humana; VALores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e PLUralismo político).

Objetivos internos (artigo 3º): CON-GA-PRO-ER-RE (CONstruir uma sociedade livre, justa e solidária; GARantir o desenvolvimento nacional; PROMover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; ERadicar a pobreza e a marginalização e REDuzir as desigualdades sociais e regionais).

Alguns professores e alunos gostam de diferenciar ainda por outro meio: os fundamentos aparecem com substantivos, enquanto os objetivos com verbos no infinitivo. Pela leitura do 'texto seco' da Constituição essa distinção dá certo. O problema é que as bancas, em particular, o CESPE, promovem a substantivação dos verbos do artigo 3º para dificultar as coisas. Foi exatamente o que aconteceu na questão que estou comentando, pois construir virou construção...

**QUESTÃO 41** (TELEBRAS/NÍVEL SUPERIOR/2013) Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

A soberania, a separação dos poderes, a garantia do desenvolvimento nacional e a independência nacional são exemplos de princípios fundamentais, porém apenas a soberania constitui fundamento da República Federativa do Brasil.

**Certo.**

Muitíssima atenção para questões como essa. É importante você entender a estrutura de nossa Constituição. Ela é dividida em Títulos, Capítulos, Seções e Subseções. Note que estamos tratando do Título I – Princípios Fundamentais –, o que abrange os artigos 1º a 4º.

Nesse compasso, o examinador colocou um item do artigo 1º (Fundamento), a ideia do artigo 2º (Separação de Poderes), um item do artigo 3º (Objetivos da RFB) e outro do artigo 4º (Princípios nas Relações Internacionais).

Ao final, ele afirmou que todos eles seriam exemplos de princípios fundamentais, ressaltando que apenas a soberania era fundamento. Tudo perfeito!

Sabe quem erra esse tipo de questão? Normalmente os alunos 'veteranos', pois eles já estão calejados na diferenciação, e logo pensam consigo: *"ah, achou que ia me pegar desta vez..."*.

**QUESTÃO 42**

(TCE-RS/OFCIAL DE CONTROLE EXTERNO/2013) À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte, a respeito dos princípios fundamentais. Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

**Errado.**

Mais uma questão perigosa, que demanda do candidato o conhecimento da Estrutura da Constituição. Isso porque realmente há disposição expressa garantindo a igualdade entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Contudo, esse é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais, previsto no artigo 7º, XXXIV, da Constituição, e não um objetivo fundamental (artigo 3º).

**QUESTÃO 43** (TCE-ES/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2013/ADAPTADA) No que diz respeito aos princípios fundamentais, julgue o item a seguir.

Embora consagre a não intervenção como princípio que rege o Brasil nas suas relações internacionais, a Constituição Federal admite expressamente a intervenção humanitária nos Estados que causem violação sistemática aos direitos humanos, mediante o uso de medidas diplomáticas, econômicas e outras admitidas pelo direito internacional.

**Errado.**

Tenha sempre o cuidado de ler a legislação que está em seu edital. Esse conselho, talvez seja considerado bobo. Entretanto, é obrigatório que você conheça a lei, para só depois partir para entender como ela é interpretada pelos Tribunais e comentada pelos Doutrinadores.

Eu digo isso porque a questão traz uma série de verdades. Realmente, em situações extremas, admite-se a intervenção humanitária, mediante o uso de medidas diplomáticas, de sanções econômicas etc.

Porém, a chave para responder o item está na expressão "a Constituição Federal admite expressamente". Ao contrário do que o Examinador afirmou, em nenhum momento a Constituição traz essa previsão de modo explícito.

**QUESTÃO 44** (MS/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2013) Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue.

A República Federativa do Brasil não pode conceder extradição de estrangeiro por crime político.

**Certo.**

Em matéria de extradição, a Constituição estabelece três tratamentos distintos. Confira:

- a) brasileiros natos: não podem ser extraditados pelo Brasil em nenhuma hipótese;
- b) brasileiros naturalizados: é possível a extradição em duas situações: 1 crime cometido antes da naturalização; e 2 envolvimento comprovados com tráfico de drogas, antes ou depois da naturalização;



c) estrangeiros: podem ser extraditados, exceto em caso de crime político ou de opinião. Para esses crimes, há a possibilidade de concessão de asilo político.

---

**QUESTÃO 45**

(PC-GO/DELEGADO DE POLÍCIA/2017/ADAPTADA) Julgue o item a seguir, a respeito da organização dos poderes e do sistema de freios e contrapesos no direito constitucional pátrio.

Adotada por diversos países, entre eles o Brasil, a ideia de tripartição dos poderes do Estado em segmentos distintos e autônomos entre si – Legislativo, Executivo e Judiciário – foi concebida por Aristóteles.

**Errado.**

Não vá confundir alhos com bugalhos...

Realmente, a ideia da tripartição de poderes foi concebida por um grande pensador; realmente, Aristóteles é responsável por grandes pensamentos até hoje compartilhados em nosso Direito, como é o caso da distinção conceitual em igualdade formal e material.

Mas, o modelo de freios e contrapesos (ou pesos e contrapesos ou freios e contrafreios) foi idealizado por Montesquieu, um dos artífices da Revolução Francesa – Aristóteles viveu antes de Cristo.

---

## QUESTÕES DE CONCURSO – FCC

**QUESTÃO 1**

(SEAD-AP/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2018) O título I da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios e objetivos fundamentais, incluindo, dentre esses, a

a) democracia como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

b) garantia do desenvolvimento nacional como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

c) soberania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária como objetivo do Estado Democrático de Direito.

d) prevalência dos direitos humanos como fundamento do Estado Democrático de Direito.

e) cidadania como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

**QUESTÃO 2**

(CLDF/CONSULTOR LEGISLATIVO/2018) Considere o seguinte excerto de ementa de acórdão do Supremo Tribunal:

(...) a Lei Fundamental proclamou o repúdio..... como um dos princípios essenciais que devem reger o Estado brasileiro em suas relações internacionais (CF, art. 4º, VIII), além de haver qualificado....., para efeito de repressão interna, como crime equiparável aos delitos hediondos, o que o expõe, sob tal perspectiva, a tratamento jurídico impregnado de máximo rigor, tornando-o inafiançável e insuscetível da clemência soberana do Estado e reduzindo-o, ainda, à dimensão ordinária dos crimes meramente comuns (CF, art. 5º, XLIII).

Refere-se o excerto, respectivamente, à disciplina constitucional dispensada ao repúdio

a) ao racismo, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e à prática do racismo, como crime inafiançável e imprescritível.

b) ao terrorismo, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e à prática do terrorismo, como crime inafiançável e imprescritível.

c) ao racismo, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e ao terrorismo, como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

- c) à discriminação, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e à prática do racismo, como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- d) ao terrorismo, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e à ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, como crime inafiançável e imprescritível.
- e) ao terrorismo, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e à prática da tortura, como crime inafiançável e imprescritível.

**QUESTÃO 3**

(CLDF/TÉCNICO LEGISLATIVO/2018) Ao dispor sobre a titularidade e forma de

exercício do poder político, a Constituição Federal estabelece que todo poder emana

- a) do povo, que o exerce apenas diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- b) dos cidadãos, que o exercem apenas por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal.
- c) do povo, que o exerce diretamente, por meio do voto direto e secreto, e indiretamente, quando autorizado previamente pelo Estado.
- d) do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- e) dos cidadãos, que o exercem diretamente, por meio do voto direto e secreto, e, excepcionalmente, indiretamente, por meio das eleições indiretas, quando autorizadas pelo Congresso Nacional.

**QUESTÃO 4**

(TRT 6ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2018) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que

- a) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- b) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.

- c) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- d) reconhece a autodeterminação dos povos.
- e) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.

**QUESTÃO 5** (TRT 6ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2018) À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos seus princípios fundamentais,

- a) todo o poder emana de Deus, que o exerce por meio de representantes eleitos pelo povo, nos termos da Constituição.
- b) são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador.
- c) constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- e) a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

**QUESTÃO 6** (ALE-SE/TÉCNICO LEGISLATIVO/2018) A Constituição Federal de 1988 tem, como uma de suas características mais marcantes, a preocupação com a tutela dos direitos humanos, não sendo exagero afirmar que, dentre todas as constituições brasileiras, a vigente é a que mais se destacou nesse tópico. Nesse contexto, a Constituição elenca, como fundamentos da República Federativa do Brasil:

- a) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

- b)** a independência nacional; a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz; a solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.
- c)** a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- d)** a obediência da Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e)** a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

**QUESTÃO 7** (ARTE-SP/ANALISTA/2017) A República Federativa Brasileira tem como fundamento ou característica, dentre outras,

- a)** ser constituída em Estado unitário, centralizado na União, com delegação de competências a Estados e Municípios.
- b)** a separação de poderes, seja como forma de garantir a proteção das liberdades individuais contra os excessos da concentração de poderes no governante, quanto como forma de expressão da divisão de tarefas estatais.
- c)** a separação de poderes, como forma de controle recíproco entre as três funções precípuas do Estado, a fim de obstar que um poder cumule atribuições típicas de outro.
- d)** Federalismo de cooperação, estabelecendo-se hierarquia baseada na prevalência de interesses pela extensão de abrangência territorial, de modo a União figurar em primeiro plano, seguida dos Estados e Distrito Federal e, após, pelos Municípios, que detém a menor porção territorial.

e) a democracia liberal, com plena liberdade de iniciativa e ausência de regulação estatal ou interferência na esfera individual dos particulares, permitindo a livre concorrência e plena atuação dos três poderes estatais.

**QUESTÃO 8** (ARTE-SP/AGENTE/2017) Considere:

- I – Elegibilidade dos representantes, ou seja, as autoridades são investidas no poder pela eleição, que poderá ser direta ou indireta.
- II – Temporariedade do mandato.
- III – Responsabilidade dos governantes, os quais devem prestar contas de seus atos.
- IV – Trata-se da mais antiga forma de governo ainda em vigor.

No que concerne às características da forma de governo republicana, está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) III e IV.

**QUESTÃO 9** (TRT 9ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Considere os itens abaixo.

- I – Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- II – Pluralismo político.
- III – Garantir o desenvolvimento nacional.
- IV – Prevalência dos direitos humanos.

Em relação à República Federativa do Brasil, o que consta nos itens I a IV representam, respectivamente,

- a) fundamento, fundamento, objetivo fundamental e princípio.
- b) fundamento, princípio, princípio e objetivo fundamental.
- c) princípio, princípio, fundamento e objetivo fundamental.
- d) objetivo fundamental, objetivo fundamental, princípio e objetivo fundamental.
- e) princípio, objetivo fundamental, fundamento e fundamento.

**QUESTÃO 10**

(PREFEITURA DE RECIFE/PROCURADOR/2014) Entre os princípios que regem, segundo a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, encontram-se os seguintes:

- a) defesa da paz, soberania nacional, não intervenção e repúdio a todas as formas de tratamento desumano ou degradante.
- b) autodeterminação dos povos, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e promoção do bem-estar e da justiça social.
- c) defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, não intervenção e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) soberania nacional, proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, não intervenção e solução pacífica dos conflitos.
- e) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, promoção do bem-estar e da justiça social.

**QUESTÃO 11**

(PGE-BA/ANALISTA DE PROCURADORIA/2013) Em relação à República Federativa do Brasil, considere:

- I – A dignidade da pessoa humana é um dos seus fundamentos.
- II – A promoção do bem de todos – sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação – constitui um de seus objetivos fundamentais.
- III – O repúdio ao racismo deverá reger as suas relações internacionais.
- IV – A igualdade de todos perante a lei é um dos seus princípios sociais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

**QUESTÃO 12** (SEFAZ-SP/AGENTE FISCAL DE RENDAS/2013) Considere as seguintes afirmações à luz do que dispõe a Constituição da República a respeito de princípios fundamentais e de direitos e garantias fundamentais:

- I – As práticas de tortura e racismo são consideradas crimes inafiançáveis pela Constituição, sendo o seu repúdio um princípio de regência das relações internacionais do Estado brasileiro.
- II – Todo poder emana do povo, que pode exercê-lo indiretamente, por meio de representantes eleitos, ou diretamente, valendo-se de plebiscito, referendo e iniciativa popular, mecanismos previstos para tanto na Constituição.
- III – A determinação constitucional para que a lei puna qualquer discriminação atentatória dos direitos está relacionada ao objetivo fundamental da República de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- IV – A Constituição estabelece que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, o que é compatível com o princípio de prevalência dos direitos humanos, expressamente consignado no texto constitucional.

Está correto o que se afirma em



- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 13**

(AL-RN/ASSESSOR TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO/2013) Analise o recente

acórdão do Supremo Tribunal Federal, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia:

"Constitucionalidade de atos normativos proibitivos da importação de pneus usados. Reciclagem de pneus usados: ausência de eliminação total dos seus efeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente equilibrado. Afrontas aos princípios constitucionais da saúde e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. (...) Arguição de descumprimento dos preceitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos: decisões judiciais nacionais permitindo a importação de pneus usados de países que não compõem o Mercosul: objeto de contencioso na Organização Mundial do Comércio, a partir de 20-6-2005, pela Solicitação de Consulta da União Europeia ao Brasil. (...) Autorização para importação de remoldados provenientes de Estados integrantes do Mercosul limitados ao produto final, pneu, e não às carcaças: determinação do tribunal *ad hoc*, à qual teve de se submeter o Brasil em decorrência dos acordos firmados pelo bloco econômico: ausência de tratamento discriminatório nas relações comerciais firmadas pelo Brasil." (ADPF 101, julgamento em 24-6-2009, Plenário, DJE de 4-6-2012)

Neste caso concreto, no que concerne aos princípios que regem as relações internacionais pela República Federativa do Brasil, o Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre a submissão do país à determinação do tribunal *ad hoc*, balizou o seu julgamento no princípio da

- a) independência nacional.
- b) igualdade entre Estados.
- c) não intervenção.

- d) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- e) solução pacífica dos conflitos.

**QUESTÃO 14** (PGE-BA/ANALISTA DE PROCURADORIA/2013) Em relação à República Federativa do Brasil, considere:

- I – É formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- II – Constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- III – Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- IV – É um Estado soberano, democrático e organizado em Estados e Municípios que devem respeitar a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) II, III e IV.

**QUESTÃO 15** (MPE-PB/TÉCNICO MINISTERIAL/2015) Considere:

- I – Pluralismo político.
- II – Soberania.
- III – Independência nacional.
- IV – Prevalência dos direitos humanos.
- V – Não intervenção.

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios indicados APENAS em

- a) II, IV e V.
- b) I e II.

- c) II, III e IV.
- d) III, IV e V.
- e) I, III, IV e V.

**QUESTÃO 16**

(AL-PE/AGENTE/2014) "...Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura, o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado crie leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Tampouco existe liberdade se o poder de julgar não for separado do poder legislativo e do executivo. Se estivesse unido ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse unido ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor.

Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares..."

(MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Livro XI, Capítulo VI)

No texto acima transcrito, o autor defende a ideia contida no princípio da

- a) dignidade da pessoa humana.
- b) separação de poderes.
- c) prevalência dos direitos humanos.
- d) igualdade.
- e) soberania do Estado.

**QUESTÃO 17**

(PGE-MT/ANALISTA DIREITO/2016) Um grupo de servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Mato Grosso, recém-empossados, participou de uma palestra de boas-vindas, oportunidade em que foram abordados temas relacionados à República Federativa do Brasil. Houve consonância com o disposto na Constituição Federal quando mencionado que

- a) a soberania é princípio que rege as relações internacionais do Brasil.
- b) a independência nacional é fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro.

- c) a solução pacífica dos conflitos é fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro.
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.
- e) a dignidade da pessoa humana é princípio que rege as relações internacionais do Brasil.

**QUESTÃO 18** (TRF 3ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2014) São poderes ou órgãos que existem, obrigatoriamente, na União, nos Estados e em todos os Municípios:

- a) Poder Executivo e Poder Legislativo.
- b) Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.
- c) Poder Executivo, Poder Legislativo e Tribunal de Contas.
- d) Poder Executivo, Poder Legislativo e Forças Armadas.
- e) Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário e Forças Armadas.

**QUESTÃO 19** (DPE-RS/DEFENSOR PÚBLICO/2014) Na Constituição Federal está previsto que "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações."

Para tanto, ela traz como princípios pelos quais se rege nas relações internacionais, expressamente a

- a) construção de uma sociedade livre, justa e solidária e garantir o desenvolvimento nacional.
- b) erradicação da pobreza e a marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- c) prevalência dos direitos humanos, a solução pacífica dos conflitos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- e) garantia dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

**QUESTÃO 20**

(PGE-MT/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) O fundamento do Estado Democrático de Direito, previsto no art. 1º da Constituição Federal, que torna o cidadão titular de direitos e o qualifica como participante da vida do Estado é

- a) a livre iniciativa e os valores sociais do trabalho.
- b) a soberania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) a cidadania.
- e) o pluralismo político.

**QUESTÃO 21**

(MPE-AM/AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO/2013) São poderes da União, independentes e harmônicos entre si:

- a) o Congresso Nacional, a Presidência da República e o Supremo Tribunal Federal.
- b) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) o Congresso Nacional, a Presidência da República, os Ministérios e os Tribunais federais.
- d) a Assembleia Legislativa, a Governadoria do Estado e o Tribunal de Justiça.
- e) a Assembleia Legislativa, a Governadoria do Estado e os Tribunais de Justiça e de Alçada.

**QUESTÃO 22**

(PGE-MT/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) É um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previsto no art. 3º da Constituição Federal,

- a) garantir uma renda mínima a todo cidadão.
- b) combater à fome.
- c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) erradicar o analfabetismo.
- e) garantir a paz no território nacional.

**QUESTÃO 23** (TRT 23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O princípio da solidariedade social

- a) não está contemplado no segmento normativo da Constituição Brasileira.
- b) tem previsão restrita ao preâmbulo da Constituição e como tal não pode ser invocado judicialmente para seu asseguramento.
- c) é corolário do princípio da soberania nacional que, garantindo a indissolubilidade do Estado, obriga a formação de laços de solidariedade na sua defesa.
- d) não é princípio constitucional, mas mero fundamento da República.
- e) é um dos três componentes estruturais do princípio democrático quando a Constituição preconiza o modelo de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

**QUESTÃO 24** (AUDITOR-FISCAL DO TESOIRO ESTADUAL/2014) A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios:

- a) concessão de refúgio e asilo político.
- b) observância das decisões dos organismos internacionais e defesa da paz.
- c) repúdio ao terrorismo, ao racismo e à discriminação de gênero.
- d) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e autodeterminação dos povos.
- e) solução pacífica dos conflitos e respeito à neutralidade.

**QUESTÃO 25** (PGE-BA/ASSISTENTE DA PROCURADORIA/2013) Dentre os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil está a promoção do bem de todos, sem preconceitos e discriminação de

- a) sexo, valores sociais, cor, raça e origem.
- b) credo, etnia, gênero, origem e classe social.
- c) idade, religião, nacionalidade, escolaridade e cor.
- d) origem, raça, sexo, cor e idade.
- e) etnia, consciência, cor, convicção religiosa e política.

## GABARITO – FCC

---

1. b
2. b
3. d
4. d
5. d
6. e
7. b
8. c
9. a
10. c
11. c
12. d
13. b
14. a
15. d
16. b
17. d
18. a
19. c
20. d
21. b
22. c
23. e
24. d
25. d

## GABARITO COMENTADO – FCC

**QUESTÃO 1**

(SEAD-AP/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2018) O título I da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios e objetivos fundamentais, incluindo, dentre esses, a

a) democracia como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

b) garantia do desenvolvimento nacional como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

c) soberania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária como objetivo do Estado Democrático de Direito.

d) prevalência dos direitos humanos como fundamento do Estado Democrático de Direito.

e) cidadania como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Letra b.

Com os objetivos, a Constituição dispõe quais são as metas que deseja alcançar e, ao mesmo tempo, reconhece que nenhuma delas foi atingida.

É muito importante se lembrar de que os objetivos internos (art. 3º), os princípios nas relações internacionais (art. 4º) e os direitos sociais (art. 6º) são considerados normas programáticas (limitadas de caráter programático). Esse tema é frequentemente cobrado nas provas, dentro do tema da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.

O art. 3º enumera estes objetivos: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; promover o bem de todos; erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Os objetivos internos sempre começam com verbo no infinitivo. Alerto, no entanto, que algumas bancas examinadoras têm optado pela substantivação dos verbos, no intuito de confundir os(as) candidatos(as).



Desse modo, construir uma sociedade livre, justa e solidária transforma-se em a construção de uma sociedade livre.

Fique atento(a): não confunda os fundamentos com os objetivos! O mnemônico para o art. 3º é CON-GA-PRO-ER-RE, enquanto o dos fundamentos era SO-CI-DI-VA-PLU.

**QUESTÃO 2**

(CLDF/CONSULTOR LEGISLATIVO/2018) Considere o seguinte excerto de

ementa de acórdão do Supremo Tribunal:

(...) a Lei Fundamental proclamou o repúdio..... como um dos princípios essenciais que devem reger o Estado brasileiro em suas relações internacionais (CF, art. 4º, VIII), além de haver qualificado....., para efeito de repressão interna, como crime equiparável aos delitos hediondos, o que o expõe, sob tal perspectiva, a tratamento jurídico impregnado de máximo rigor, tornando-o inafiançável e insuscetível da clemência soberana do Estado e reduzindo-o, ainda, à dimensão ordinária dos crimes meramente comuns (CF, art. 5º, XLIII).

Refere-se o excerto, respectivamente, à disciplina constitucional dispensada ao repúdio

- a) ao racismo, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e à prática do racismo, como crime inafiançável e imprescritível.
- b) ao terrorismo, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e ao terrorismo, como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- c) à discriminação, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e à prática do racismo, como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- d) ao terrorismo, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e à ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, como crime inafiançável e imprescritível.
- e) ao terrorismo, como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, e à prática da tortura, como crime inafiançável e imprescritível.

**Letra b.**

No art. 4º, a Constituição lista como um dos princípios nas relações internacionais o repúdio ao terrorismo.

Mais à frente, no art. 5º, está especificado que os crimes hediondos e TTT (tortura, terrorismo e tráfico de entorpecentes) são inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

A CF/1988 não cita expressamente proibição ao indulto. Entretanto, a Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990) faz essa vedação.

Assim como todos os outros delitos, à exceção de racismo e de golpe de Estado, os crimes hediondos e TTT, são prescritíveis.

Ah, o STF declarou a inconstitucionalidade da Lei n. 8.072/1990, na parte em que vedava a progressão de regime, impondo que a pena fosse cumprida integralmente no regime fechado (HC n. 82.959).

Você também viu que, em 2007, foi editada a Lei n. 11.464/2007. Além de estabelecer regras mais rigorosas quanto à progressão de regime, deixou claro que o cumprimento da pena para os crimes hediondos deveria sempre se iniciar no regime fechado, não importando a pena.

Novamente chamado a se manifestar, o tribunal invocou outra vez o princípio da individualização da pena e entendeu que também era inconstitucional a nova versão da Lei n. 8.072/1990, dada pela Lei n. 11.464/2007.

Com isso, a fixação do regime prisional, também para os crimes hediondos, deve ser regulada pela sistemática prevista no art. 33 do Código Penal, ou seja, em regra, as penas de até quatro anos devem ser cumpridas em regime aberto; entre 4 e 8 anos, inicia no regime semiaberto; e acima de oito anos, o começo se dá no regime fechado (HC n. 111.840, STF).

Em resumo, pode o condenado por estupro, por exemplo, começar a cumprir a pena no regime semiaberto, uma vez que a sanção mínima prevista é de seis anos de reclusão (e entre 4 a 8 anos, o regime é esse).

Vimos que a anistia não é possível no caso de delitos hediondos ou no TTT.

Acontece que todos nós sabemos que, durante o regime militar, foram praticadas atrocidades de parte a parte, inclusive crimes de terrorismo, de tortura e de homicídios qualificados, por exemplo.

Em razão disso, em 2010, o Conselho Federal da OAB ajuizou uma ADPF no STF, pedindo que fosse reconhecida a revogação (por ausência de recepção) da Lei de Anistia, editada em 1979. Um parêntesis: a única ação do controle concentrado cabível seria a ADPF, pois estava sendo questionada norma editada antes da CF/1988.

Ao julgar a ação, o tribunal confirmou a validade da Lei n. 6.683/1979, deixando claro que ela – a anistia – alcançava os crimes políticos e os conexos praticados entre 1961 e 1979, sendo ampla, geral e irrestrita (ADPF n. 153, STF).

---

**QUESTÃO 3** (CLDF/TÉCNICO LEGISLATIVO/2018) Ao dispor sobre a titularidade e forma de

exercício do poder político, a Constituição Federal estabelece que todo poder emana

- a) do povo, que o exerce apenas diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- b) dos cidadãos, que o exercem apenas por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal.
- c) do povo, que o exerce diretamente, por meio do voto direto e secreto, e indiretamente, quando autorizado previamente pelo Estado.
- d) do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- e) dos cidadãos, que o exercem diretamente, por meio do voto direto e secreto, e, excepcionalmente, indiretamente, por meio das eleições indiretas, quando autorizadas pelo Congresso Nacional.

**Letra d.**

Isso porque no art. 1º da CF/1988 há a afirmação segundo a qual todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos (voto) ou diretamente, nos termos da Constituição.

É necessário, então, distinguir titularidade do poder de exercício do poder.

O titular do poder sempre será o povo, enquanto o exercício pode ser feito na forma direta ou indireta. Em razão disso, fala-se que a democracia no Brasil é mista ou semidireta.

A democracia indireta é a regra em nosso ordenamento: os cidadãos votam em seus representantes e estes nos governam e aprovam as leis.

Outro ponto importante: o voto direto, secreto, universal e periódico é uma das cláusulas pétreas, previstas no art. 60 da Constituição (o assunto é mais bem tratado dentro do Poder Legislativo). No entanto, a obrigatoriedade do voto não está dentro das cláusulas pétreas. É possível transformar o voto e o alistamento facultativos, desde que a alteração seja feita via emenda à Constituição.

Por outro lado, a democracia direta é a exceção e pode ser exercida por meio do plebiscito (art. 14, I), referendo (art. 14, II) e iniciativa popular de lei (art. 61, § 2º).

DIFERENÇA ENTRE PLEBISCITO E REFERENDO	
Plebiscito	Referendo
Consulta <b>prévia</b> ao povo, a respeito de determinado ato legislativo ou administrativo.	Consulta <b>posterior</b> ao povo, para saber se ratifica ou rejeita ato legislativo ou administrativo.
Congresso Nacional <b>convoca</b> .	Congresso Nacional <b>autoriza</b> .
<b>Ex.:</b> plebiscito que decidiu <u>forma e sistema</u> de governo e o plebiscito que decidirá se a população quer – ou não – a divisão do estado do Pará.	<b>Ex.:</b> referendo sobre comércio de armas de fogo e munição.

**QUESTÃO 4** (TRT 6ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2018) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que

- a) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- b) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.

- c) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- d) reconhece a autodeterminação dos povos.
- e) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.

#### Letra d.

- a) **Errada.** O art. 4º fala em não intervenção, como um dos princípios nas relações internacionais.
- b) **Errada.** Se tem a solução pacífica dos conflitos, e não o uso da força.
- c) **Errada.** O texto constitucional fala em igualdade entre os estados.
- d) **Certa.** A autodeterminação dos povos é um dos princípios regentes da relação entre o Brasil e as outras nações.
- e) **Errada.** A Constituição cita cooperação entre os povos, e não competição entre eles.

Pronto. Agora que já passei o gabarito, quero me dedicar um pouco mais a dois princípios do art. 4º, pois têm maior complexidade para as provas.

O primeiro é o que fala no repúdio ao terrorismo e ao racismo. Nesse ponto, num julgado para lá de relevante, o STF entendeu que escrever livros ofensivos aos judeus era uma conduta típica, penalmente relevante, não respaldada pela livre manifestação ou liberdade de pensamento. Em outras palavras, caracterizaria conduta criminosa.

Na sua prova, a afirmação pode sofrer variações, destacando-se "escrever livros ofensivos a judeus configura a prática de antissemitismo ou antissionismo, equiparados a racismo". Vale lembrar que o racismo é considerado imprescritível.

Agora vem a cereja do bolo: tradicionalmente, uma das principais diferenças entre o crime de racismo e a injúria racial estava no fato de apenas o primeiro ser imprescritível.

Pois é, mas num julgado recente, envolvendo dois jornalistas de renome (Paulo Henrique Amorim e Heraldo Pereira), o STF confirmou entendimento do STJ, reconhecendo a imprescritibilidade também da injúria racial.

No episódio, Paulo Henrique Amorim teria dito que Heraldo Pereira seria "um preto de alma branca" e que não teria nenhum atributo maior para justificar o seu sucesso, exceto a cor de sua pele e o fato de ter origem humilde.

Para as provas, leve a orientação segundo a qual o racismo e a injúria racial são considerados imprescritíveis, nunca se perdendo a possibilidade de o Estado punir o infrator.

O segundo é o relativo à concessão de asilo político. A esse respeito, lembro que a doutrina diferencia os institutos do refúgio político e do asilo político, sendo este mais restrito do que aquele.

DIFERENÇA ENTRE ASILO E REFÚGIO POLÍTICO	
Asilo político	Refúgio político
É motivado pela perseguição por crimes políticos.	É motivado pela perseguição de natureza política, religiosa, racial, de nacionalidade ou de grupo social.
Normalmente, é usado para perseguição individualizada.	Necessidade de proteção atinge número elevado de pessoas, tendo a perseguição aspecto mais generalizado
Decisão de caráter político, com a concessão discricionária.	Ato administrativo de caráter vinculado.

No caso envolvendo o julgamento do ativista italiano Cesare Battisti, o Ministério da Justiça havia concedido refúgio político, o que se apresentava como impedimento ao pedido de extradição formulado pela Itália.

No referido julgamento, o STF entendeu, num primeiro momento, que o deferimento de refúgio político é um ato administrativo vinculado, e que na hipótese não havia correspondência entre os motivos declarados para a concessão do benefício e o suporte legal que autorizava o refúgio. Em consequência, afastou o refúgio.

Com isso, era possível a análise da pretensão de extradição. Quanto a esse pedido, o tribunal pontuou que o presidente da República não possuiria discricionariedade na decisão de extradição – ou não – de estrangeiros, devendo observar as disposições porventura constantes em tratados internacionais celebrados com outros países. O presidente estaria vinculado ao tratado internacional, se existente (EXT n. 1.085, STF).

Nessa ocasião, o STF afirmou que o caso envolvia crimes complexos (misto de crime comum e político), mas que prevalecia a natureza comum das infrações, o que autorizaria a extradição.

Como é de conhecimento notório, o então presidente Lula negou o pedido de extradição, invocando uma das exceções previstas no acordo internacional firmado entre o Brasil e a Itália.

Contra essa decisão, o governo italiano acabou reclamando junto ao STF, alegando descumprimento da decisão do tribunal. No entanto, acabou prevalecendo a tese de que a Itália não teria legitimidade para contestar um ato de soberania emanado do presidente da República, mantendo Cesare Battisti no País (RCL n. 11.243, STF).

Por sua vez, na vigência do mandato do presidente Temer, houve nova análise da questão, sendo deferida a extradição. No entanto, por meio de liminar concedida pelo ministro Luiz Fux, Battisti foi mantido no Brasil (RCL n. 29.066, STF).

Em mais um capítulo da novela, no final de 2018, o ministro Luiz Fux cassou a liminar e autorizou a extradição, determinando a prisão do italiano. O fundamento foi no sentido de que o presidente da República teria legitimidade para entender de modo diverso do chefe de Estado anterior, sendo válida a determinação de extraditar.

Já em janeiro de 2019, Battisti foi capturado quando se encontrava na Bolívia, sendo efetivamente extraditado para a Itália.

É importante lembrar que o outro país, quando solicita a extradição, compromete-se a não aplicar uma das penas aqui proibidas. O destaque é relevante, uma vez que Battisti foi condenado à prisão perpétua na Itália pelos quatro crimes de homicídio que teria praticado ou participado.

---

**QUESTÃO 5** (TRT 6ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2018) À luz do que dispõe a Constituição

Federal quanto aos seus princípios fundamentais,

- a) todo o poder emana de Deus, que o exerce por meio de representantes eleitos pelo povo, nos termos da Constituição.
- b) são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador.
- c) constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

**d)** a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

**e)** a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

#### Letra d.

**a) Errada.** O poder emana do povo, e não de Deus. É sempre bom lembrar que o Brasil é um Estado laico. Apenas na primeira Constituição (1824) havia religião oficial (católica).

**b) Errada.** No art. 2º, os Poderes da União são Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Moderador, de fato, existiu, mas na Constituição de 1824.

**c) Errada.** Apresenta um dos fundamentos da RFB, e não um objetivo fundamental.

**d) Certa.** O parágrafo único do art. 4º dispõe que a República brasileira buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

**e) Errada.** O erro está no fato de a cooperação entre os povos ser um dos princípios nas relações internacionais, e não um fundamento.

**QUESTÃO 6** (ALE-SE/TÉCNICO LEGISLATIVO/2018) A Constituição Federal de 1988 tem, como uma de suas características mais marcantes, a preocupação com a tutela dos direitos humanos, não sendo exagero afirmar que, dentre todas as constituições brasileiras, a vigente é a que mais se destacou nesse tópico. Nesse contexto, a Constituição elenca, como fundamentos da República Federativa do Brasil:

**a)** a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



- b) a independência nacional; a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz; a solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.
- c) a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- d) a obediência da Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

#### **Letra e.**

Na alternativa a, há objetivos fundamentais, elencados no art. 3º; na letra b, há princípios nas relações internacionais (art. 4º); a letra c reproduz o teor do *caput* do art. 5º; já na letra d são listados os princípios regentes da administração pública, tema do art. 37 da Constituição.

Tendo em conta que a sua missão é passar em um concurso público, lembro que os fundamentos mais relevantes nas provas são a dignidade da pessoa humana (usarei a expressão DPH, ok?) e o pluralismo político.

Não se esqueça: a DPH está prevista expressamente na CF/1988. Essa indagação é comum nas provas, sempre acompanhada da expressão "embora seja de grande importância, a DPH não está prevista de modo expresse".

Mais que isso: funciona como metaprincípio, supraprincípio, princípio-matriz, verdadeira base que guia toda a CF, dentro do que a doutrina convencionou chamar de neoconstitucionalismo. O STF entende, inclusive, que a DPH guarda íntima relação com a busca da felicidade (RE 477.544, STF).

Sempre é bom lembrar que as bancas organizadoras têm cobrado, cada vez mais, conhecimentos referentes aos julgamentos do STF e do STJ.

Em muitos casos, uma parte da decisão judicial é colocada na questão, o que acaba complicando a vida dos(as) candidatos(as), principalmente, pelo vocabulário mais rebuscado, distante das palavras usualmente empregadas na comunicação verbal.

Ilustrativamente, lembro dois julgados relevantes, do STF, nos quais se destacou a dignidade da pessoa humana. No primeiro, se cuidou do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo (uniões homoafetivas), enquanto no segundo se discutia a possibilidade de pesquisas com células-tronco embrionárias (ADIs n. 4.177 e n. 3.510, STF).

Também a questão da proibição de uso indiscriminado de algemas, tratado na Súmula Vinculante n. 11, girou em torno exatamente da proteção da DPH dos presos.

Avançando, o pluralismo político não se resume ao pluralismo partidário. Este seria, em verdade, uma espécie, do gênero daquele.

O mais importante nesse fundamento é a questão relacionada à cláusula de barreira ou desempenho. O STF a declarou inconstitucional quando relacionada ao direito eleitoral, pois restringiria demasiadamente a existência de legendas e, assim, feriria a diversidade de ideologias, provocando um “massacre das minorias” (ADI n. 1.351, STF). Posteriormente, o tribunal pontuou que nada impediria a existência de requisitos para a criação ou mesmo a fusão de partidos políticos, respeitando o caráter nacional das legendas (ADI n. 5.311, STF).

Contudo, a EC n. 97/2017 (minirreforma eleitoral) trouxe de volta a cláusula de barreira, de forma escalonada ao longo dos anos. Assim, até que haja nova manifestação do STF, a cláusula de barreira em direito eleitoral segue sendo válida.

Também se fala em cláusula de barreira (ou de desempenho) nos concursos públicos. Aliás, é aceita pela jurisprudência do STF e do STJ, pois entendem os tribunais que não feriria o princípio da isonomia (RE n. 635.739, STF).

Mas você deve estar se perguntando o que seria essa cláusula.

No Direito Eleitoral, essa cláusula estabelece a exigência de um percentual mínimo de votação, impedindo a existência dos chamados partidos nanicos ou legendas de aluguel. Já em concursos públicos, é aquela regra que prevê um número X de candidatos que irão para a próxima fase. Exemplificando, aquela limitação de que somente 300 aprovados terão a discursiva corrigida.

**QUESTÃO 7** (ARTE-SP/ANALISTA/2017) A República Federativa Brasileira tem como fundamento ou característica, dentre outras,

- a) ser constituída em Estado unitário, centralizado na União, com delegação de competências a Estados e Municípios.
- b) a separação de poderes, seja como forma de garantir a proteção das liberdades individuais contra os excessos da concentração de poderes no governante, quanto como forma de expressão da divisão de tarefas estatais.
- c) a separação de poderes, como forma de controle recíproco entre as três funções precípua do Estado, a fim de obstar que um poder cumule atribuições típicas de outro.
- d) Federalismo de cooperação, estabelecendo-se hierarquia baseada na prevalência de interesses pela extensão de abrangência territorial, de modo a União figurar em primeiro plano, seguida dos Estados e Distrito Federal e, após, pelos Municípios, que detém a menor porção territorial.
- e) a democracia liberal, com plena liberdade de iniciativa e ausência de regulação estatal ou interferência na esfera individual dos particulares, permitindo a livre concorrência e plena atuação dos três poderes estatais.

**Letra b.**

- a) **Errada.** O Brasil, desde a segunda Constituição (1891), adota a Federação como forma de Estado. Acrescento que nossa Federação foi formada por desagregação/segregação (movimento centrífugo).
- b) **Certa.** O mecanismo de freios e contrapesos, inspirado nos ideais de Montesquieu, evita a excessiva concentração de poderes nas mãos de uma pessoa. Além disso, a perspectiva de

divisão das tarefas com cada um dos Poderes exercendo uma missão principal (função típica) e de forma secundária as tarefas atribuídas aos demais Poderes (funções atípicas) evidencia a preocupação em não formar tiranos.

**c) Errada.** O erro está no fato de afirmar que se obsta (= impede) que um poder cumule atribuições típicas do outro, quando, na verdade, cada um dos Poderes exerce funções típicas e atípicas.

**d) Errada.** Parte da premissa errada de hierarquia entre os entes que compõem a Federação. O que há é uma repartição de competências, baseada na predominância de interesse.

**e) Errada.** Erra ao afirmar a ausência de regulação estatal ou interferência na esfera dos particulares. Ao contrário, embora adotemos um regime capitalista, o Estado pode agir, evitando desmandos por parte dos grupos econômicos. Outro ponto que chama a atenção é a necessidade de observância dos direitos fundamentais também na relação entre particulares, a chamada eficácia horizontal.

---

**QUESTÃO 8** (ARTE-SP/AGENTE/2017) Considere:

- I – Elegibilidade dos representantes, ou seja, as autoridades são investidas no poder pela eleição, que poderá ser direta ou indireta.
- II – Temporariedade do mandato.
- III – Responsabilidade dos governantes, os quais devem prestar contas de seus atos.
- IV – Trata-se da mais antiga forma de governo ainda em vigor.

No que concerne às características da forma de governo republicana, está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e III.

d) I, II e IV.

e) III e IV.

### Letra c.

Repare que o examinador busca características da forma de governo republicana. Melhor tratarmos um pouquinho sobre os pontos teóricos correlatos, ok?

O nome oficial de nosso país é República Federativa do Brasil. Ele já diz muito, pois adianta a nossa forma de governo e de Estado. Ficou de fora apenas o sistema de governo.

Sistematizando, adotamos a forma federativa de Estado, o sistema presidencialista de governo e a forma republicana de governo.

A República é uma forma de governo que tem as características de eletividade, temporariedade e responsabilidade. Se contrapõe à Monarquia, cujas características são a hereditariedade, a vitaliciedade, a irresponsabilidade dos governantes (a célebre frase “o rei não pode errar”), sendo que a sucessão sempre ocorre por membros da mesma família, a escolhida por Deus. Aqui vai uma curiosidade: credita-se a essa característica (escolha por Deus), a menção ao sangue azul, quando uma pessoa tem origem nobre.

Veja no quadro a seguir as distinções entre elas:

REPÚBLICA	MONARQUIA
Eletividade.	Hereditariedade.
Temporalidade.	Vitaliciedade.
Representatividade popular (o povo escolhe seu representante).	Ausência de representatividade popular (o critério para definição do rei é a linhagem familiar).
Responsabilização dos governantes (inclusive por crime de responsabilidade – <i>impeachment</i> ).	Inexistência de responsabilidade dos governantes ( <i>the king can do no wrong</i> – o rei não pode errar).

Lembro que a primeira Constituição brasileira (1824) previa a Monarquia como forma de governo. Desde 1891, adotou-se a forma republicana de governo.

Nos sistemas de governo, estudamos o modo em que os Poderes Executivo e Legislativo se relacionam.

No quadro, reuni as diferenças centrais entre o Presidencialismo e o Parlamentarismo:

<b>PRESIDENCIALISMO</b>	<b>PARLAMENTARISMO</b>
Independência entre os Poderes nas funções governamentais.	Regime de colaboração; de corresponsabilidade entre Legislativo e Executivo.
Governantes (executivo e legislativo) possuem mandato certo.	Primeiro-ministro só permanece na chefia de governo enquanto possuir maioria parlamentar.
	Mandato dos parlamentares pode ser abreviado, caso haja a dissolução do Parlamento.
Há um só chefe do Executivo (presidente ou monarca), que acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.	Chefia do Executivo é dual, já que exercida pelo primeiro-ministro (chefe de governo), juntamente com o presidente ou monarca (chefes de Estado).
A responsabilidade do governo é perante o povo.	A responsabilidade do governo é perante o Parlamento.

O Brasil, embora tenha por tradição o sistema presidencialista, já teve dois períodos de Parlamentarismo: o primeiro na época do Império, com Dom Pedro II – basta se lembrar de que Dom Pedro II era muito jovem quando assumiu o trono. Assim, houve uma diminuição das atribuições do príncipe regente.

O segundo período de Parlamentarismo é mais recente (e mais cobrado em provas!). Envolveu os anos de 1961 a 1963, exatamente o período que antecedeu o golpe militar.

Nesse período, com a renúncia de Jânio Quadros e a assunção de João Goulart (Jango), houve uma nova tentativa de esvaziar os Poderes do presidente da República, dividindo-os com o Parlamento. A figura de primeiro-ministro, nesse período, coube a Tancredo Neves, que mais à frente seria eleito para presidente da República, cargo que não chegou a assumir diante de sua morte por diverticulite.

De acordo com o art. 2º do ADCT, cinco anos após a promulgação da Constituição, seria realizado um plebiscito, a fim de que o povo decidisse qual a forma e sistema de governo que desejavam. À época, foram mantidas a República e o Presidencialismo.

Já o conceito de formas de Estado está relacionado com o modo de exercício do poder político em função do território de uma nação. São três as formas de Estado: unitário, federado e confederado.

No Estado unitário, existe um único centro de poder político no país. Esse poder central pode optar por exercer suas atribuições de maneira centralizada (Estado unitário puro), ou descentralizada (Estado unitário descentralizado administrativamente).

Nos dias atuais, prevalece a figura dos Estados unitários descentralizados. Vale lembrar que mesmo nesse caso a autonomia não será ampla, como ocorre com a Federação.

No Estado federado, o poder político é repartido entre diferentes esferas de governo. Ocorre, assim, uma descentralização política, a partir da repartição de competências (repartição de poder).

Normalmente, existe um órgão central e órgãos regionais (os estados). Em nosso país, há, além do órgão central (União) e dos órgãos regionais (estados), a figura dos municípios, que seriam órgãos locais. Ressalte-se que todos os entes federados possuem autonomia, mas nenhum deles possui soberania, ela é própria da RFB!

Por sua vez, a confederação tem por característica principal ser formada pela união dissolúvel (possibilidade de separação – secessão) de Estados soberanos. Essas nações se vinculam, normalmente, por meio de tratados internacionais.

A diferença marcante entre Federação e Confederação é que aquela é formada pela união indissolúvel de entes autônomos, enquanto esta, pela união dissolúvel de Estados soberanos.

FEDERAÇÃO	CONFEDERAÇÃO
Regida por Constituição.	Regida por tratado internacional.
Vedação ao direito de secessão (separação).	Possibilidade de separação.
Entes possuem autonomia.	Entes possuem soberania.

A primeira Constituição brasileira a optar pela forma federativa de Estado foi a de 1891, que, como vimos, também foi responsável pela modificação da forma de governo, de Monarquia para República.

Em todo esse emaranhado de informações, a única coisa que nosso país nunca foi é Confederação. Isso porque éramos Monarquia e viramos República; éramos Estado unitário e mudamos para Federação; e já fomos Parlamentarismo, mas hoje optamos pelo Presidencialismo! Hora de voltarmos à questão.

Os itens I (elegibilidade), II (temporariedade) e III (responsabilidade dos governantes) são próprios da República.

Por sua vez, a forma mais antiga de governo é a Monarquia, e não está mais em vigor na atualidade em nosso país, o que afasta o item IV.

**QUESTÃO 9** (TRT 9ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Considere os itens abaixo.

- I – Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- II – Pluralismo político.
- III – Garantir o desenvolvimento nacional.
- IV – Prevalência dos direitos humanos.

Em relação à República Federativa do Brasil, o que consta nos itens I a IV representam, respectivamente,

- a) fundamento, fundamento, objetivo fundamental e princípio.
- b) fundamento, princípio, princípio e objetivo fundamental.
- c) princípio, princípio, fundamento e objetivo fundamental.



d) objetivo fundamental, objetivo fundamental, princípio e objetivo fundamental.

e) princípio, objetivo fundamental, fundamento e fundamento.

### Letra a.

Vamos lá para alguns mnemônicos que podem ajudar a não trocar as bolas em matéria de princípios fundamentais, especialmente no tocante aos fundamentos (art. 1º) e aos objetivos (art. 3º). Vamos a eles:

- Fundamentos da RFB (art. 1º): SO – CI – DI – VA – PLU = Soberania; Cidadania; Dignidade da pessoa humana; VALores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e PLUralismo político;
- Objetivos internos (art. 3º): CON-GA-PRO-ER-RE = CONstruir uma sociedade livre, justa e solidária; GARantir o desenvolvimento nacional; PROMover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; ERradicar a pobreza e a marginalização e REDuzir as desigualdades sociais e regionais.

Alguns(mas) professores e alunos(as) gostam de diferenciar ainda por outro meio: os fundamentos aparecem com substantivos, enquanto os objetivos com verbos no infinitivo. Pela leitura do texto seco da Constituição essa distinção dá certo, como aconteceu aí na questão. O problema é que as bancas, por vezes, promovem a substantivação dos verbos do art. 3º para dificultar as coisas. Foi exatamente o que aconteceu na questão que estou comentando, pois construir virou construção.

Voltando à questão, você já matava a resposta certa ao verificar que o item I é o VA e o item II é o PLU. O item III começou com verbo, sendo o GA do mnemônico dos objetivos. Por fim, a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios nas relações internacionais (art. 4º).

**QUESTÃO 10**

(PREFEITURA DE RECIFE/PROCURADOR/2014) Entre os princípios que regem,

segundo a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, encontram-se os seguintes:

- a) defesa da paz, soberania nacional, não intervenção e repúdio a todas as formas de tratamento desumano ou degradante.
- b) autodeterminação dos povos, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e promoção do bem-estar e da justiça social.
- c) defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, não intervenção e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) soberania nacional, proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, não intervenção e solução pacífica dos conflitos.
- e) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, promoção do bem-estar e da justiça social.

**Letra c.**

Vou achar a resposta certa por exclusão. Em outras palavras, trabalharei apenas em cima dos erros das outras letras, pois aqui foi perguntado texto expresso da Constituição.

Vamos lá!

- a) **Errada.** Soberania nacional é um fundamento (SO). Além disso, o repúdio que consta no art. 4º é ao terrorismo e ao racismo.
- b) **Errada.** A promoção do bem-estar e da justiça social é um objetivo interno não faz parte dos princípios fundamentais. O que passa mais perto é o objetivo (PRO) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) **Errada.** O erro atinge a soberania – fundamento (SO) – e a proteção ao meio ambiente equilibrado, que não está entre os princípios fundamentais.
- e) **Errada.** Cita novamente sobre a proteção ao meio ambiente equilibrado e na promoção do bem-estar e na justiça social, já mencionados como não integrantes dos princípios fundamentais.

**QUESTÃO 11**

(PGE-BA/ANALISTA DE PROCURADORIA/2013) Em relação à República Federativa do Brasil, considere:

rativa do Brasil, considere:

- I – A dignidade da pessoa humana é um dos seus fundamentos.
- II – A promoção do bem de todos – sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação – constitui um de seus objetivos fundamentais.
- III – O repúdio ao racismo deverá reger as suas relações internacionais.
- IV – A igualdade de todos perante a lei é um dos seus princípios sociais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

**Letra c.**

**I – Certo.** É o fundamento DI.

**II – Certo.** É o objetivo PRO.

**III – Certo.** Um dos princípios nas relações internacionais é o repúdio ao racismo e ao terrorismo (o fato de não se ter falado em terrorismo não torna o item errado).

**IV – Errado.** A igualdade perante a lei é um direito/garantia inserido dentro do art. 5º, *caput*, e não um princípio social.

**QUESTÃO 12**

(SEFAZ-SP/AGENTE FISCAL DE RENDAS/2013) Considere as seguintes afirmações à luz do que dispõe a Constituição da República a respeito de princípios fundamentais e de direitos e garantias fundamentais:

- I – As práticas de tortura e racismo são consideradas crimes inafiançáveis pela Constituição, sendo o seu repúdio um princípio de regência das relações internacionais do Estado brasileiro.
- II – Todo poder emana do povo, que pode exercê-lo indiretamente, por meio de representantes eleitos, ou diretamente, valendo-se de plebiscito, referendo e iniciativa popular, mecanismos previstos para tanto na Constituição.
- III – A determinação constitucional para que a lei puna qualquer discriminação atentatória dos direitos está relacionada ao objetivo fundamental da República de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- IV – A Constituição estabelece que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, o que é compatível com o princípio de prevalência dos direitos humanos, expressamente consignado no texto constitucional.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**Letra d.**

**I – Errado.** A propósito, começa com uma afirmação verdadeira, no que diz respeito à inafiançabilidade das práticas de racismo e de tortura. Lembro que desses dois apenas o racismo é imprescritível. No entanto, a Constituição fala em repúdio ao terrorismo e ao racismo, ou seja, o examinador trocou terrorismo por tortura, o que torna o item falso.

**II – Certo.** Na análise do art. 1º da CF/1988, há a afirmação segundo a qual todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos (voto) ou diretamente, nos termos da Constituição.

É necessário, então, distinguir titularidade do poder de exercício do poder.

O titular do poder sempre será o povo, enquanto o exercício pode ser feito na forma direta ou indireta. Em razão disso, fala-se que a democracia no Brasil é mista ou semidireta.

A democracia indireta é a regra em nosso ordenamento: os cidadãos votam em seus representantes e estes nos governam e aprovam as leis.

Outro ponto importante: o voto direto, secreto, universal e periódico é uma das cláusulas pétreas, previstas no art. 60 da Constituição (o assunto é mais bem tratado dentro do Poder Legislativo). No entanto, a obrigatoriedade do voto não está dentro das cláusulas pétreas. É possível transformar o voto e o alistamento facultativos, desde que a alteração seja feita via emenda à Constituição.

Por outro lado, a democracia direta é a exceção e pode ser exercida por meio do plebiscito (art. 14, I), referendo (art. 14, II) e iniciativa popular de lei (art. 61, § 2º). Mais uma coisa: não confunda iniciativa popular de lei (forma de exercício da democracia direta) com ação popular, que é um remédio constitucional.

**III – Certo.** Está inserido do objetivo interno vinculado à promoção do bem de todos, sem discriminações.

**IV – Certo.** Mescla a prevalência dos direitos humanos (art. 4º) com o conteúdo do art. 5º, § 2º, da Constituição, que funciona como uma cláusula de abertura, deixando claro que os direitos e garantias fundamentais previstos no texto constitucional estão inseridos em rol exemplificativo.

---

**QUESTÃO 13** (AL-RN/ASSESSOR TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO/2013) Analise o recente acórdão do Supremo Tribunal Federal, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia:

“Constitucionalidade de atos normativos proibitivos da importação de pneus usados. Reciclagem de pneus usados: ausência de eliminação total dos seus efeitos nocivos à saúde e

ao meio ambiente equilibrado. Afrontas aos princípios constitucionais da saúde e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. (...) Arguição de descumprimento dos preceitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos: decisões judiciais nacionais permitindo a importação de pneus usados de países que não compõem o Mercosul: objeto de contencioso na Organização Mundial do Comércio, a partir de 20-6-2005, pela Solicitação de Consulta da União Europeia ao Brasil. (...) Autorização para importação de remoldados provenientes de Estados integrantes do Mercosul limitados ao produto final, pneu, e não às carcaças: determinação do tribunal *ad hoc*, à qual teve de se submeter o Brasil em decorrência dos acordos firmados pelo bloco econômico: ausência de tratamento discriminatório nas relações comerciais firmadas pelo Brasil." (ADPF 101, julgamento em 24-6-2009, Plenário, DJE de 4-6-2012)

Neste caso concreto, no que concerne aos princípios que regem as relações internacionais pela República Federativa do Brasil, o Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre a submissão do país à determinação do tribunal *ad hoc*, balizou o seu julgamento no princípio da

- a) independência nacional.
- b) igualdade entre Estados.
- c) não intervenção.
- d) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- e) solução pacífica dos conflitos.

#### **Letra b.**

A questão relativa à importação de pneus usados é objeto de grande polêmica no STF. O que acontecia, na maior parte das vezes, é que países mais desenvolvidos exportavam lixo (carcaça de pneus) para serem utilizados aqui no Brasil. Esses pneus ou entravam em circulação sendo vendidos como usados, ou passavam pelo processo de remodelagem – em linhas gerais, um recapado chique.

Entre os princípios nas relações internacionais aí de cima, o que mais se aplica à questão é o da igualdade entre os Estados, seja pela visão de que a um país não pode exportar lixo para

degradar o meio ambiente de outro, seja porque a autorização para a importação de produtos provenientes de apenas alguns países geraria um desequilíbrio inadequado.

Esse é um modelo diferente de questões da FCC! Fique atento(a) para não ser surpreendido por ele.

**QUESTÃO 14** (PGE-BA/ANALISTA DE PROCURADORIA/2013) Em relação à República Federativa do Brasil, considere:

- I – É formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- II – Constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- III – Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- IV – É um Estado soberano, democrático e organizado em Estados e Municípios que devem respeitar a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) II, III e IV.

**Letra a.**

Vou transcrever dois artigos da Constituição para depois comentar um detalhe para você não errar na prova:

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos.

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Se você reparou bem, no art. 1º a Constituição não citou a União, mencionando apenas os estados o DF e os municípios.

Será que esse dispositivo está em choque com o art. 18?

Claro que não! Gosto muito de uma frase do professor Eros Grau, ministro aposentado do STF.

Ele falava assim: "a Constituição não pode ser interpretada em tiras".

Com essa frase, ele queria que você compreendesse que a Constituição deve ser entendida de maneira harmônica.

Voltando ao nosso assunto, quando lá no art. 1º não se reportou à União, na verdade, era pelo fato de se falar na forma federativa de Estado, baseada na proibição do direito de secessão (separação).

**I – Certo.** Já no art. 18, está disciplinada a repartição de atribuições conferidas a cada um dos entes da Federação. Entre esses entes, certamente está a União. Ela, aliás, é detentora de boa parte das competências em nosso País.

**II – Certo.** Foram listados três Fundamentos da RFB – pensando em nosso mnemônico, o SQ, o CI e o DI.

**III – Certo.** Reproduziu trecho do art. 1º, responsável pela afirmação da democracia semi-direta ou mista (regra: democracia representativa; exceção: democracia direta, por meio do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular de lei).

**IV – Errado.** Isso porque a RFB realmente é um Estado soberano, mas não é formado apenas pelos estados e pelos municípios. Ao contrário, como você viu na transcrição do art. 18, também integram a RFB a União e o DF, todos dotados da tríplice autonomia (financeira, administrativa e política).



**QUESTÃO 15** (MPE-PB/TÉCNICO MINISTERIAL/2015) Considere:

- I – Pluralismo político.
- II – Soberania.
- III – Independência nacional.
- IV – Prevalência dos direitos humanos.
- V – Não intervenção.

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios indicados APENAS em

- a) II, IV e V.
- b) I e II.
- c) II, III e IV.
- d) III, IV e V.
- e) I, III, IV e V.

**Letra d.**

O item I está errado. O pluralismo político é fundamento (PLU). Pelas mesmas razões, o item II também é falso (SO). Já os itens seguintes (III, IV e V) estão exatamente dentro do art. 4º da Constituição, confirmando-se tratarem de princípios nas relações internacionais.

**QUESTÃO 16** (AL-PE/AGENTE/2014) "...Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura, o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado crie leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Tampouco existe liberdade se o poder de julgar não for separado do poder legislativo e do executivo. Se estivesse unido ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse unido ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor.

Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares..."

(MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Livro XI, Capítulo VI)

No texto acima transcrito, o autor defende a ideia contida no princípio da

- a) dignidade da pessoa humana.
- b) separação de poderes.
- c) prevalência dos direitos humanos.
- d) igualdade.
- e) soberania do Estado.

**Letra b.**

A única resposta adequada remete ao pai da concepção moderna sobre tripartição do poder. É de Montesquieu, um dos artífices da Revolução Francesa, o modelo de freios e contrapesos, no qual um Poder controla o outro, como forma de conter (ao menos na teoria) os abusos e os excessos da tirania.

**QUESTÃO 17**

(PGE-MT/ANALISTA DIREITO/2016) Um grupo de servidores da Procuradoria-

-Geral do Estado do Mato Grosso, recém-empossados, participou de uma palestra de boas-vindas, oportunidade em que foram abordados temas relacionados à República Federativa do Brasil. Houve consonância com o disposto na Constituição Federal quando mencionado que

- a) a soberania é princípio que rege as relações internacionais do Brasil.
- b) a independência nacional é fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro.
- c) a solução pacífica dos conflitos é fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro.
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.
- e) a dignidade da pessoa humana é princípio que rege as relações internacionais do Brasil.

**Letra d.**

O erro das letras a e e está no fato de que trata de fundamentos da RFB (respectivamente, SO e DI), e não de princípios nas relações internacionais.

Por sua vez, as letras b e c estão erradas por chamarem de fundamento o que, na verdade, são princípios nas relações internacionais.

Sobrou, então, a letra d, que apresenta o fundamento (VA) da RFB.

---

**QUESTÃO 18**

(TRF 3ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2014) São poderes ou órgãos que exis-

tem, obrigatoriamente, na União, nos Estados e em todos os Municípios:

- a) Poder Executivo e Poder Legislativo.
- b) Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.
- c) Poder Executivo, Poder Legislativo e Tribunal de Contas.
- d) Poder Executivo, Poder Legislativo e Forças Armadas.
- e) Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário e Forças Armadas.

**Letra a.**

É muito importante você se lembrar de que não existe Poder Judiciário, Ministério Público ou defensorias públicas municipais. Assim, mesmo que aí em sua cidade haja um Fórum, integra o Poder Judiciário Estadual.

De igual modo, há regra expressa negando a possibilidade de criação de tribunais ou conselhos de contas municipais. Vale lembrar que aqueles que já existiam antes de 1988 (capitais do Rio e de São Paulo) continham em funcionamento.

Por fim, as Forças Armadas são subordinadas ao comando supremo exercido pelo presidente da República.

Ah, o Poder Judiciário no DF é organizado e mantido pela União, segundo art. 21, XIII, da Constituição.

---

**QUESTÃO 19**

(DPE-RS/DEFENSOR PÚBLICO/2014) Na Constituição Federal está previsto que

"A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações."

Para tanto, ela traz como princípios pelos quais se rege nas relações internacionais, expressamente a

- a) construção de uma sociedade livre, justa e solidária e garantir o desenvolvimento nacional.
- b) erradicação da pobreza e a marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- c) prevalência dos direitos humanos, a solução pacífica dos conflitos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- e) garantia dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

**Letra c.**

As letras a e b estão erradas, na medida em que tratam sobre objetivos internos (art. 3º da Constituição), e não princípios nas relações internacionais.

Por sua vez, as letras d e e possuem exemplos de fundamentos da RFB (art. 1º).

**QUESTÃO 20**

(PGE-MT/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) O fundamento do Estado Demo-

crático de Direito, previsto no art. 1º da Constituição Federal, que torna o cidadão titular de direitos e o qualifica como participante da vida do Estado é

- a) a livre iniciativa e os valores sociais do trabalho.
- b) a soberania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) a cidadania.
- e) o pluralismo político.

**Letra d.**

Analisando-se os fundamentos da RFB (SO-CI-DI-VA-PLU), não há dúvidas de que a resposta será cidadania (letra d).

Isso porque é exatamente a condição de cidadão que dá abertura para que o indivíduo possa participar ativamente na sociedade. Ele pode votar em seus representantes, dar sua contribuição no plebiscito, no referendo e assinando projeto de lei de iniciativa popular.

É também exigida a condição de cidadão para o ajuizamento da ação popular, remédio constitucional utilizado para combater atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e aos patrimônios histórico e artístico.

É importante lembrar que para o ajuizamento da ação popular basta que a pessoa possua a capacidade eleitoral ativa (votar). Assim, mesmo aqueles que possuam entre 16 e 18 anos podem propor a ação, não sendo necessária a assistência dos pais. Aqui, se trata de direitos políticos, e não civis.

---

**QUESTÃO 21** (MPE-AM/AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO/2013) São poderes da União, independentes e harmônicos entre si:

- a) o Congresso Nacional, a Presidência da República e o Supremo Tribunal Federal.
- b) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) o Congresso Nacional, a Presidência da República, os Ministérios e os Tribunais federais.
- d) a Assembleia Legislativa, a Governadoria do Estado e o Tribunal de Justiça.
- e) a Assembleia Legislativa, a Governadoria do Estado e os Tribunais de Justiça e de Alçada.

**Letra b.**

O texto expresso da Constituição conduz à letra b. O que o examinador fez foi tentar confundir colocando alguns órgãos que materializam os Poderes nas esferas federal e estadual.

Aproveito para abordar um ponto que desassossega: o posicionamento constitucional do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos tribunais de contas.

Essas instituições não estão em relação de subordinação aos Poderes acima citados.

O Tribunal de Contas da União atua como auxiliar do Congresso Nacional, mas mantém independência e ausência de subordinação hierárquica (ADI 4.190, STF).

Quanto ao Ministério Público, igualmente, fala-se em independência e inexistência de subordinação.

Mas, sem dúvidas, o julgado do STF mais cobrado em provas de concursos quando se fala em separação dos poderes diz respeito à Defensoria Pública. O caso envolvia um ato de governador de Estado que, ao receber o orçamento encaminhado pela Defensoria local dentro dos limites da LDO, promoveu cortes. Além disso, ainda inseriu a instituição dentro da estrutura da Secretaria de Justiça, subordinada ao Executivo (ADPF 307, STF).

Nessa situação, o governador errou duas vezes: primeiro, ao ferir a autonomia da Defensoria. É certo que o chefe do Executivo pode promover cortes no orçamento a ele encaminhado, mas isso só vale se a proposta orçamentária estiver fora dos limites da LDO.

O segundo erro foi colocar a Defensoria dentro da estrutura da Secretaria de Justiça, que é subordinada ao Executivo. Ora, você viu que a Defensoria, o MP e os TCs são independentes e não estão subordinados a nenhum dos Poderes.

---

**QUESTÃO 22** (PGE-MT/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) É um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previsto no art. 3º da Constituição Federal,

- a) garantir uma renda mínima a todo cidadão.
- b) combater à fome.
- c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) erradicar o analfabetismo.
- e) e garantir a paz no território nacional.

**Letra c.**

Dessa vez, o simples uso do mnemônico não ajudaria você a resolver a questão.

Ao contrário, era necessário que o(a) candidato(a) conhecesse o texto constitucional para não cair na casca de banana. Vamos analisar os itens errados (o correto sai por exclusão, ok?).

As letras a e e estão erradas, porque a Constituição fala em “garantir o desenvolvimento nacional”, e não em “uma renda mínima a todo cidadão” ou “a paz no território nacional”.

O erro das letras b e d reside no fato de que, embora precisemos “combater a fome”, ainda que seja necessário “erradicar o analfabetismo”, o texto constitucional fala é em “erradicar a pobreza e reduzir desigualdades”.

---

**QUESTÃO 23** (TRT 23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O princípio da solidariedade social

- a) não está contemplado no segmento normativo da Constituição Brasileira.
- b) tem previsão restrita ao preâmbulo da Constituição e como tal não pode ser invocado judicialmente para seu asseguramento.
- c) é corolário do princípio da soberania nacional que, garantindo a indissolubilidade do Estado, obriga a formação de laços de solidariedade na sua defesa.
- d) não é princípio constitucional, mas mero fundamento da República.
- e) é um dos três componentes estruturais do princípio democrático quando a Constituição preconiza o modelo de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

**Letra e.**

Outra questão na qual o(a) candidato(a) precisaria raciocinar, não sendo suficiente a utilização de mnemônicos.

Quando a Constituição trata dos objetivos internos (art. 3º), fala em “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. Está aí um dos pilares estruturantes de nossa Lei Maior, chamada de cidadã, também por esse motivo.

---

**QUESTÃO 24**

(AUDITOR-FISCAL DO TESOIRO ESTADUAL/2014) A República Federativa do

Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios:

- a) concessão de refúgio e asilo político.
- b) observância das decisões dos organismos internacionais e defesa da paz.
- c) repúdio ao terrorismo, ao racismo e à discriminação de gênero.
- d) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e autodeterminação dos povos.
- e) solução pacífica dos conflitos e respeito à neutralidade.

**Letra d.**

- a) **Errada.** O art. 4º da Constituição fala apenas em asilo político, não tratando do refúgio.
- b) **Errada.** O erro está no fato de não se prever a observância das decisões dos organismos internacionais entre os princípios.
- c) **Errada.** Estaria correta, não fosse a parte final, que estende o repúdio "à discriminação de gênero", enquanto a Constituição dispõe sobre o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- e) **Errada.** O erro está no fato de que, embora a solução pacífica dos conflitos seja um princípio nas relações internacionais, não consta nesse rol o "respeito à neutralidade".

**QUESTÃO 25**

(PGE-BA/ASSISTENTE DA PROCURADORIA/2013) Dentre os objetivos funda-

mentais da Constituição da República Federativa do Brasil está a promoção do bem de todos, sem preconceitos e discriminação de

- a) sexo, valores sociais, cor, raça e origem.
- b) credo, etnia, gênero, origem e classe social.
- c) idade, religião, nacionalidade, escolaridade e cor.
- d) origem, raça, sexo, cor e idade.
- e) etnia, consciência, cor, convicção religiosa e política.



**Letra d.**

Recupero mais essa questão para mostrar que não basta gravar os mnemônicos dos arts. 1º e 3º para se sair bem nas provas.

A Constituição, no art. 3º, prevê como objetivo a promoção do "bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

---

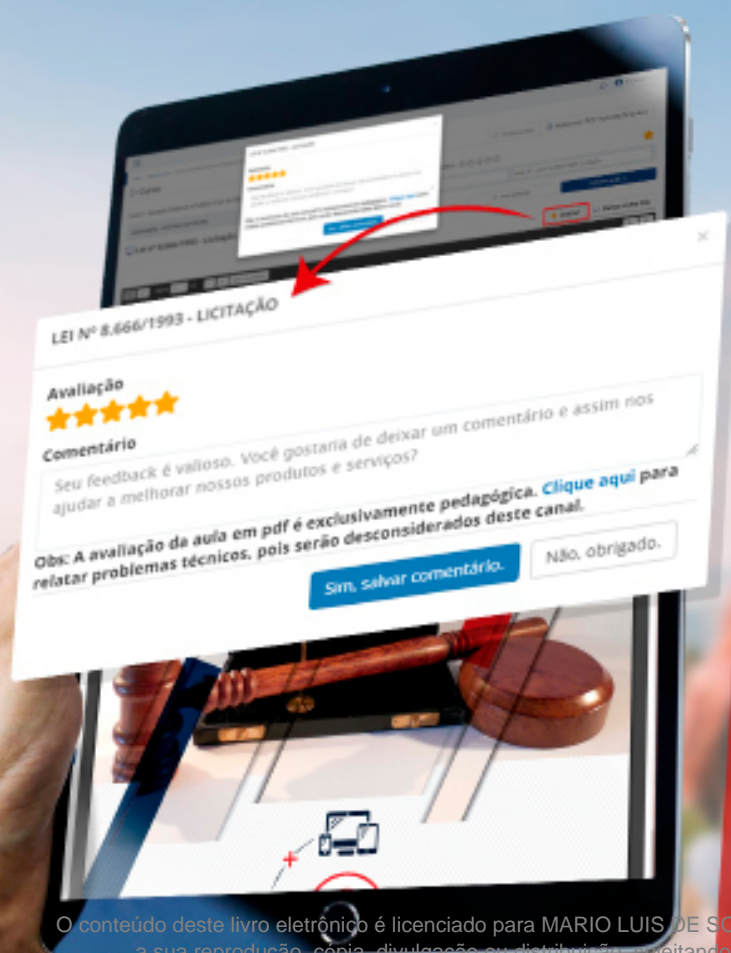


**Aragonê Fernandes**

Atualmente, atua como Juiz de Direito do TJDF. Contudo, em seu qualificado percurso profissional, já se dedicou a ser Promotor de Justiça do MPDF; Assessor de Ministros do STJ; Analista do STF; além de ter sido aprovado em vários concursos públicos. Leciona Direito Constitucional em variados cursos preparatórios para concursos.







# NÃO SE ESQUEÇA DE AVALIAR ESTA AULA!

SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE  
PARA MELHORARMOS AINDA MAIS  
NOSSOS MATERIAIS.

ESPERAMOS QUE TENHA GOSTADO  
DESTA AULA!

PARA AVALIAR, BASTA CLICAR EM LER  
A AULA E, DEPOIS, EM AVALIAR AULA.

**AVALIAR** 

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para MARIO LUIS DE SOUZA - 41250799864, vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.